



Diário Oficial



República Federativa do Brasil - Estado do Pará

ANO C - 101º DA REPÚBLICA - Nº 27.007

BELÉM - TERÇA-FEIRA, 09 DE JULHO DE 1991

GOVERNADOR DO ESTADO
JADER FONTENELLE BARBALHO
VICE GOVERNADOR
CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA SANTOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Ronaldo Passarinho
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
Nelson Silvestre Rodrigues Amorim
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO
Tenente-Coronel Flaviano Gomes de Melo
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO
Manoel Nazareth Sant'ana Ribeiro

SECRETARIADO

ADMINISTRAÇÃO
Gileno Müller Chaves
JUSTIÇA
Adherbal Augusto Meira Mattos
FAZENDA
Roberto de Costa Ferreira
VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
Paulo Sérgio Fontes do Nascimento
SAÚDE PÚBLICA
Ernanil Guilherme Fernandes da Motta
EDUCAÇÃO
Romero Ximenes Ponte
AGRICULTURA
Paulo Mayo Koury de Figueiredo
SEGURANÇA PÚBLICA
Alcides da Silva Alcântara
PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
Maria Eugênia Marcos Rio
CULTURA
Guilherme Maurício Souza Marcos de La Penha
INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO
Luiz Paniago de Souza
TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL
Roberto Ribeiro Corrêa
TRANSPORTES
Antônio Cesar Pinho Brasil

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Edith Marília Maia Crespo
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Joaquim Lemos Gomes de Souza
CONSULTORIA GERAL DO ESTADO
João Roberto Mendes Cavalleiro de Macedo

NESTA EDIÇÃO

DECRETOS
 Do Governo do Estado

PORTARIAS
 Das Secretarias de Estado de Administração, Saúde Pública, Educação e Viação e Obras Públicas

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÕES
 Da Secretaria de Estado de Educação

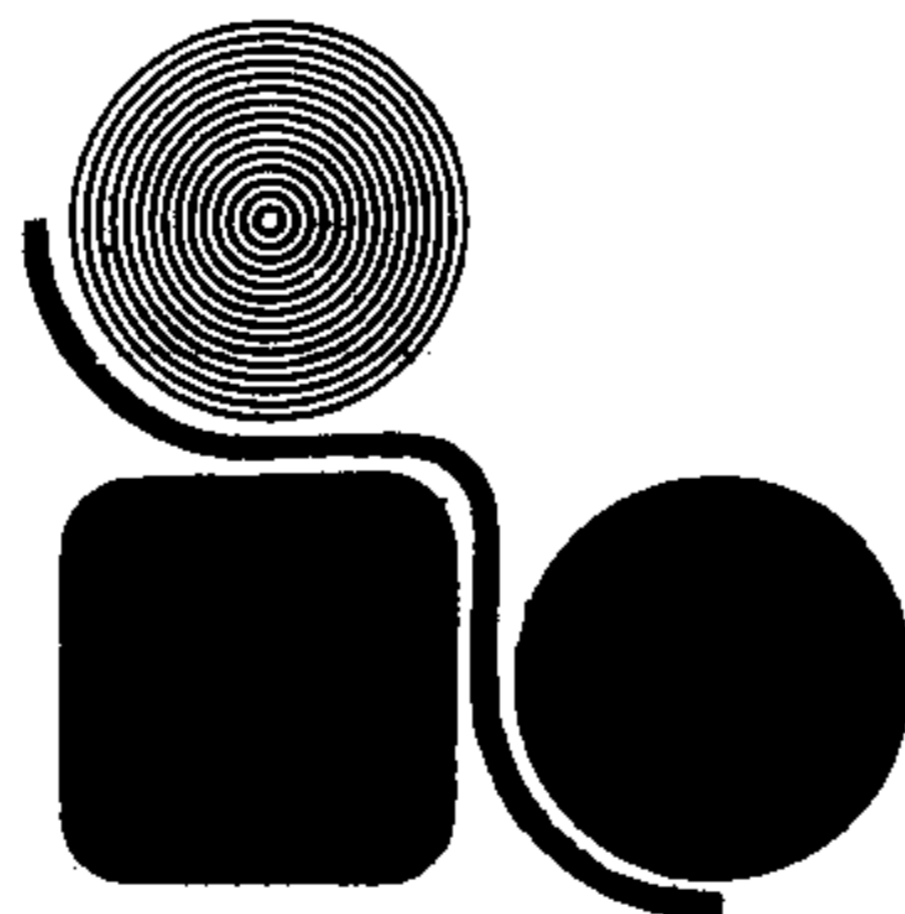
DECRETOS LEGISLATIVO
 Da Assembléia Legislativa do Estado

EDITAL DE LICITAÇÃO - TOMADA
DE PREÇOS Nº 001/91-C.L.
 Da Secretaria de Estado da Fazenda

AVISO

Avisamos os clientes e usuários do DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, que o expediente para receber matérias se encerra **IMPRETERIVELMENTE às 18:00 horas**. Portanto depois do horário mencionado, a I.O.E., não receberá mais anúncios sob hipótese alguma.

2 Cadernos
 24 Páginas



Imprensa Oficial



Imprensa Oficial

**DIRETORIA
ADMINISTRAÇÃO
REDAÇÃO
PARQUE GRÁFICO**

Trav. do Chaco, S/N, próximo a Almirante Barroso
Belém - Pará

PBX - 226-7888 (GERAL)

FAX..... 226-0556

**Diretor Presidente
JOSÉ SARRAF MAIA**

**Diretor de Administração
LOURIVAL BARBALHO JUNIOR**

**Diretor Técnico
NAZIR RACHID**

**Diretor de Documentação e Divulgação
ALVARO AUGUSTO MAIA DA SILVA**

**Resp. pela Chefia de Redação
ANTÔNIO CARLOS C. DOS SANTOS**

**Chefe da Revisão
RAIMUNDO WALDIR B. LOBÃO**

Tabela de Assinaturas e Publicações Na CAPITAL

Trimestral	CR\$-	8.250,00
Outros Estados e Municípios (Trimestral) ..	CR\$-	25.200,00
Publicações: Página co- mum, cada centímetro ..	CR\$-	4.903,00
Preço por página	CR\$-	1.000.212,00
Fotolito - centímetro	CR\$-	200,00

PREÇO DO EXEMPLAR . CR\$- 100,00

MATÉRIA PARA PUBLICAÇÃO

Das 8:00 às 13:00 hs., e das 15:30 às 18:00hs., excetuando-se os sábados.

RECLAMAÇÕES: 24 horas após a circulação do Diário na Capital e 8 dias nos Municípios e outros Estados.

OFÍCIOS OU MEMORANDOS: Devem acompanhar publicações a cobrar.

ASSINATURAS: Capital, Municípios e outros Estados em qualquer época.

PAGAMENTOS: Sempre em Cheque Nominal para a **IMPRESA OFICIAL DO ESTADO.**

OBS.: As assinaturas do **DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO** não dão direito ao recebimento de **Caderno Especial**, elaborado exclusivamente para distribuição aos órgãos interessados.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. 08 de julho de 1991.

JADER FONTENELLE BARBALHO
Governador do Estado
Secretário de Estado de Administração, em exercício
ERNANI GUILHERME FERNANDES DA MOTTA
Secretário de Estado de Saúde Pública

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1575 DE 05 DE JULHO DE 1991
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84 e, Considerando os termos do Proc. nº 1219/91-SEAD.

RESOLVE:
Exonerar, a pedido, de acordo com o art. 75 item I da Lei nº 749, de 24.12.53, YONE MARIA DE ANDRADE MATTIETTO, matrícula nº 5158499/019, do cargo de Agente Administrativo, Código GEP-SA-901.1, Classe "A", lotado na Secretaria de Estado de Saúde Pública, a contar de 03.06.91.

Registre-se, publique-se e cumpra-se
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 05 de Julho de 1991.

GILENO MÜLLER CHAVES
Secretário de Estado de Administração.

PORTARIA Nº 1576 DE 05 DE JULHO DE 1991
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84.

RESOLVE:
Exonerar, "ex-offício", de acordo com o art. 75 item II letra "a" da Lei nº 749, de 24.12.53, FRANCISCO TACIZO AMARO, do cargo em comissão de Delegado de Polícia da Delegacia Municipal de São Miguel do Guamá.

Registre-se, publique-se e cumpra-se
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 05 de Julho de 1991.

GILENO MÜLLER CHAVES
Secretário de Estado de Administração.

PORTARIA Nº 1577 DE 05 DE JULHO DE 1991
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84.

RESOLVE:
Exonerar, a pedido, de acordo com o art. 75 item I da Lei nº 749, de 24.12.53, MANOEL PEDRO DE LIMA, do cargo em comissão de Delegado de Polícia da Delegacia Municipal de Primavera.

Registre-se, publique-se e cumpra-se
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 05 de Julho de 1991.

GILENO MÜLLER CHAVES
Secretário de Estado de Administração.

PORTARIA Nº 1584 DE 05 DE JULHO DE 1991
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84 e, Considerando os termos do Of. nº 099/91-SEGUP.

RESOLVE:
Exonerar, a pedido, de acordo com o art. 75 item II da Lei nº 749, de 24.12.53, WALDER DE OLIVEIRA BARBOSA, do cargo em comissão de Delegado de Polícia da Delegacia Distrital de IPIXUNA, Município de São Domingos do Capim.

Registre-se, publique-se e cumpra-se
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 05 de Julho de 1991.

GILENO MÜLLER CHAVES
Secretário de Estado de Administração.

PORTARIA Nº 1578 DE 05 DE JULHO DE 1991
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84.

RESOLVE:
Nomear de acordo com o art. 12 item III da Lei nº 749, de 24.12.53, MANOEL PEDRO DE LIMA, para exercer o cargo em comissão de Delegado de Polícia da Delegacia Municipal de São Miguel do Guamá.

Registre-se, publique-se e cumpra-se
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 05 de Julho de 1991.

GILENO MÜLLER CHAVES
Secretário de Estado de Administração.

PORTARIA Nº 1579 DE 05 DE JULHO DE 1991
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84 e, Considerando os termos do Proc. nº 1198/91-SEAD.

RESOLVE:
Tornar sem efeito a Port. nº 1271, de 10.06.91, que movimentou da Secretaria de Estado de Cultura para a Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social, pelo período de um (01) ano, a servidora MARA CECÍLIA SOUSA DA COSTA, ocupante do cargo de Biblioteconomista, Código GEP-ANSB-603.1, Classe "A".

Registre-se, publique-se e cumpra-se
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 05 de Julho de 1991.

GILENO MÜLLER CHAVES
Secretário de Estado de Administração.

PORTARIA Nº 1580 DE 05 DE JULHO DE 1991
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da sua competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84 e, Considerando os termos do Proc. nº 1198/91-SEAD.

RESOLVE:
Colocar à disposição, da Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social, até ulterior deliberação, a contar de 11.06.91, a servidora MARA CECÍLIA SOUSA DA COSTA, ocupante do cargo de Biblioteconomista, Código GEP-ANSB-603.1, Classe "A", lotado na Secretaria de Estado de Cultura, com ônus para o Órgão de origem.

Registre-se, publique-se e cumpra-se
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 05 de Julho de 1991.

GILENO MÜLLER CHAVES
Secretário de Estado de Administração.

* **PORTARIA Nº 1518 DE 01 DE JULHO DE 1991**
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84,

Considerando os termos do Proc. nº 956/91 - Casa Civil

RESOLVE:
Colocar à disposição, da Assembléia Legislativa do Estado, até ulterior deliberação, BENEILDA MARIA ALVES SANCHES, ocupante do cargo de Assistente Social, Código GEP-ANSAS-602.1, Classe "A", lotada na Secretaria de Estado de Segurança Pública, sem perda de seus vencimentos, direitos e vantagens.

Registre-se, publique-se e cumpra-se
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 01 de Julho de 1991.

GILENO MÜLLER CHAVES
Secretário de Estado de Administração

* Republicada por ter saído com incorreções no D.O. nº 27.002 de 02.07.91.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS DO ESTADO DO PARÁ
2ª CÂMARA PERMANENTE

ACÓRDÃO Nº 100
RECURSO Nº 721 - Ex-Ofício
RECORRENTE/RECORRIDO: Del. Est. da 1ª RF.
INTERESSADO: Moimho de Trigo Belém S/A
RELATOR : Conselheiro Walmir Hugo dos Santos

EMENTA: I. ICM - Auto de Infração

II. Equívoco de enquadramento por parte do representante do fisco estadual, torna imprestável o Auto de Infração e Notificação Fiscal e determina sua nulidade.

III. Recurso Ex-Ofício improvido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso "ex-offício", em que é Recorrente/Recorrido o Delegado Fiscal da Fazenda Estadual da 1ª Região fiscal, acordam os membros da 2ª Câmara Permanente do Conselho de Recursos Fiscais do Estado, na conformidade da ata de julgamento, relatório e votos, que ficam integrados ao presente julgado, por unanimidade, pelo acolhimento e improvidamento do recurso ex-offício, mantendo integral a decisão de primeira instância.

Sala de Reuniões da 2ª Câmara Permanente do Conselho de Recursos Fiscais do Estado do Pará, em 02 de julho de 1991.

ANTONIO KLINGER DE SOUZA
Presidente

GERALDO DE MORAES C. LIMA
Procurador da Faz. Estadual

WALMIR HUGO DOS SANTOS
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 099
RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 719
RECORRENTE : YOSHIO HAYASE
RECORRIDO : Delegado Regional da Fazenda Estadual da 6ª Região Fiscal.
RELATOR : ANTONIO KLINGER DE SOUZA

EMENTA:

I. ICMS - Auto de Infração.

II. Não pode prosperar a ação fiscal, quando ficar provada falha insanável no procedimento fiscal que originou o Auto de Infração.

III. Recurso Voluntário Provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso Voluntário em que é recorrente YOSHIO HAYASE e Recorrido o Delegado Regional da Fazenda Estadual da 6ª Região Fiscal, acordam os membros da Segunda Câmara Permanente de Julgamento, na conformidade da Ata de Julgamento, relatório e votos que ficam integrando o presente julgado, por unanimidade de votos, pelo acolhimento e provimento do recurso, reformando integralmente a decisão recorrida.

Sala de Reuniões da Segunda Câmara Permanente, Conselheiro Mário Dias da Silva, 25 de Junho de 1991.

ANTÔNIO KLINGER DE SOUZA
Presidente

ANTONIO KLINGER DE SOUZA
Relator

GERALDO DE MORAES CORREA E LIMA
Procurador da Fazenda Estadual

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS DO ESTADO DO PARÁ
2ª CÂMARA PERMANENTE

ANÚNCIO DE PAUTA DE JULGAMENTO

Faço público para conhecimento de quem interessar possa, que o Excelentíssimo Senhor Presidente da 2ª Câmara Permanente do Conselho de Recursos Fiscais do Estado, designou o dia 06.08.91, para julgamento do Recurso abaixo mencionado:

Recurso Voluntário nº 729 - em que é recorrente: PANIFICADORA IMPERIAL LTDA., Inscrição Estadual nº 15.001.255-1 e recorrido o Delegado Regional da Fazenda Estadual - 1ª Região Fiscal - Belém, sendo Relator o Conselheiro ANTONIO KLINGER DE SOUZA.

Secretaria da 2ª Câmara Permanente do CONSELHO DE RECURSOS FISCALS DO ESTADO, 01 de julho de 1991.

ODETE DE SOUZA CARDOSO
Secretária da 2ª Câmara Permanente
CONSELHO DE RECURSOS FISCALS DO ESTADO DO PARÁ
2ª CÂMARA PERMANENTE

ANÚNCIO DE PAUTA DE JULGAMENTO

Faço público para conhecimento de quem interessar possa, que o Excelentíssimo Senhor Presidente da 2ª Câmara Permanente do Conselho de Recursos Fiscais do estado, designou o dia 13.08.91, para julgamento do Recurso abaixo mencionado:

Recurso Voluntário nº 735, em que é recorrente COMPANHIA AGRO-INDUSTRIAL DE MONTE ALEGRE, Inscrição Estadual nº 15.092.432-1 e Recorrido o Delegado Regional da Fazenda Estadual - 4ª Região Fiscal - Santarém, sendo Relator o Conselheiro Deoclécio Gadelha Barbosa.

Secretaria da 2ª Câmara Permanente do Conselho de Recursos Fiscais do estado, em 01 de julho de 1991.

ODETE DE SOUZA CARDOSO
Secretária da 2ª Câmara Permanente

ANÚNCIO DE PAUTA DE JULGAMENTO

Faço público para conhecimento de quem interessar possa, que o Excelentíssimo Senhor Presidente da 2ª Câmara Permanente do Conselho de Recursos Fiscais do Estado, designou o dia 20.08.91 para julgamento do recurso abaixo mencionado:

Recurso Voluntário nº 731 em que é recorrente DROGACENTER FARMÁCIA E DROGARIA LTDA: Inscrição Estadual nº 15.110.380-1 e Recorrido o Delegado Regional da Fazenda Estadual - 1ª Região Fiscal - Belém, sendo Relator o Conselheiro WALMIR HUGO DOS SANTOS;

Secretaria da 2ª Câmara Permanente do Conselho de Recursos Fiscais do estado, em 01 de julho de 1991.

ODETE DE SOUZA CARDOSO
Secretária da 2ª Câmara Permanente
ANÚNCIO DE PAUTA DE JULGAMENTO

Faço público para conhecimento de quem interessar possa, que o Excelentíssimo Senhor Presidente da 2ª Câmara Permanente do Conselho de Recursos Fiscais do Estado, designou o dia 27.08.91, para julgamento do Recurso abaixo mencionado:

Recurso Voluntário nº 715 - em que é recorrente M. NEIVA & CIA LTDA., inscrição estadual nº 15.138.847-4 e recorrido o Delegado Regional da Fazenda Estadual - 7ª Região Fiscal, sendo relator o Conselheiro CEZAR BICHARA NADER MATTAR.

Secretaria da 2ª Câmara Permanente do Conselho de Recursos Fiscais do Estado, 01 de julho de 1991.

ODETE DE SOUZA CARDOSO

EDITAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/91 - C.L

OBJETO : Confeção de Nota fiscal do Produtor e D.A.E avulso

DATA : 24.07.91

HORA : 10:00 h.

LOCAL : Av. Visconde de Souza Franco, 110 - 2ª andar - Sala de Treinamento.

EDITAL : Encontra-se à venda ao custo de Cr\$ 1.000,00 (HUM MIL CRUZEIROS), o exemplar, na sala do Serviço de Material da SEFA, andar térreo, sendo que um exemplar encontra-se à disposição dos interessados para consulta. Publicado no D.O.E no dia 09 de julho de 1991.

Belém, 08 de julho de 1991.

EUDENIL NEVES MARUM
Presidente da Comissão de Licitação

(Fat. nº 10.002798, Reg. nº 10.002798, Dia 09/07/91)

SECRETARIA DE ESTADO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

PORTARIA Nº80 DE 08 de julho de 1991
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, POR NOMEAÇÃO LEGAL, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO DECRETO Nº593, DE 15.02.80, RESOLVE: DESIGNAR o servidor EDILBERTO DE CASTRO FERREIRA, matrícula nº2017598-011, ocupante do cargo de Supervisor, lotado no Gabinete do Secretário, para exercer a Função Gratificada de Assistente, símbolo FG-4.
DE-SE CIÊNCIA, CUMPRE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Engº PAULO SÉRGIO FONTES DO NASCIMENTO - Secretário de Estado da Viação e Obras Públicas

(Fat. nº 10.002797, Reg. nº 10.002797, Dia 09/07/91)

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

EXTRATO DE LOCAÇÃO PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS DE IMÓVEL.

PARTES: Contrato que entre si fazem a SESP/PA como Locatária e Hindemburgo Rabelo de Moura, como Locador conforme abaixo se infere.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO: A locação, de fim não residencial, destina-se a instalação de setores da SESP/PA.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO: O prazo de locação é de 06 (seis) meses, com termo inicial em 01 de junho e o final em 30 de novembro de 1991.

3.1 - A locação, atendidos os interesses dos contratantes, poderá ser prorrogada por períodos iguais e sucessivos de 06 (seis) meses, considerando-se que tal prorrogação ocorre automaticamente, enquanto qualquer das partes não tomar a iniciativa de rescindi-la nos termos da Lei ou deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - PREÇO E PAGAMENTO: Nos 06 (seis) meses do prazo mencionado na Cláusula anterior, a LOCATÁRIA pagará a renda total de Cr\$ 1.200.000,00 (Hum Milhão e Duzentos Mil Cruzeiros) em parcelas mensais de Cr\$-200.000,00 (Duzentos Mil Cruzeiros).

4.1 - O aluguel será reajustado semestralmente inclusive na ocorrência de prorrogação, consoante os índices permitidos na Legislação Federal através do IPC.

4.2 - Os pagamentos serão processados e efetuados pelo Departamento de Finanças da SESP/PA.

CLÁUSULA QUINTA: Os recursos necessários e suficientes a garantia do pagamento previsto neste Contrato estão livres e não comprometidos na Lei Orçamentária Estadual, constando do elemento de despesa nº 9.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO E DISTRATO: A Rescisão positivará, na ocorrência de inadimplemento do Contrato e demais hipóteses legais, enquanto que o distrato poderá ser solicitado pela SESP/PA mediante aviso prévio não inferior a 30 dias, devendo o imóvel sempre ser devolvido nas condições indicadas na Cláusula Sexta.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO: O Foro de Belém será competente para dirimir as controvérsias oriundas deste ato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer que tenham ou venham a ter.

Belém, 05 de Julho de 1991.

HINDEMBURGO RABELO DE MOURA
Locador

ERNANI GUILHERME FERNANDES DA MOTTA
Secretário de Estado de Saúde Pública

(Fat. nº 10.002785, Reg. nº 10.002785, Dia 09/07/91)

PORTARIA nº 065 de 05 de julho de 1991

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o deslocamento e a grande concentração populacional, durante o período de férias, no mês de julho;

CONSIDERANDO que os serviços de saúde oferecidos correspondem apenas à população habitualmente residente no local, o que levou esta Secretaria a montar a operação veraneio;

CONSIDERANDO que para o desenvolvimento da referida Operação, houve a necessidade de suprir as Unidades de pessoal adequadamente qualificado, para implementar as ações preventivas e curativas a todas as pessoas que residem ou venham a se deslocar aos locais de veraneio;

R E S O L V E:

Autorizar o pagamento de folha suplementar no mês de julho, aos servidores envolvidos na Operação Veraneio, através de recursos do Sistema Único de Saúde.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 05 de julho de 1991.

ERNANI GUILHERME FERNANDES DA MOTTA
Secretário de Estado de Saúde Pública

(Fat. nº 10.002786, Reg. nº 10.002786, Dia 09/07/91)

RESUMO DE PORTARIAS

Port. 757/08.07.91. TORNAR SEM EFEITO da Port. nº 740/02.07.90, publicada no Diário Oficial 27.003/03.07.91, o nome da servidora, RAIMUNDA IVANILDE LIMA.

Port. nº 759/08.07.91. CONCEDER FÉRIAS REGULAMEN

TAREAS aos servidores abaixo relacionados referente ao mês de julho/91.

MARIA CLAUDÊNCIA FERREIRA MOURA Ex 90
JANETTE NASCIMENTO CAMPOS
HALMÉLIA RAIMUNDA SOBRAL LOUREIRO
FRANCILENA CLAUDIA SOUZA DE ANDRADE
ROSA ELIANA PASSOS PEREIRA Ex 90

E R R A T A:

Port. nº 250/06.08.85, onde lê-se: Decênio 01.02.72 à 01.02.82. Leia-se: Quinquênio de 01.02.72 à 01.02.77.

Of. nº 181/11.06.91. EDIR MAX NAHON, médico, Unidade de Referência Psiquiátrica, encaminha Certidão de Óbito nº 23.522/23.05.91, solicitando a Licença Nojo no período de 22.05.91 à 29.05.91.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
DIV. DE DIREITOS E VANTAGENS DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA em, 08 de Julho de 1991.

Dra. Mª DE FÁTIMA FREITAS PINHEIRO
Diretora da DDV.

Portaria 767/08.07.91

A DIRETORA DA DIVISÃO DE DIREITOS E VANTAGENS, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da port.469/22.04.91

R E S O L V E:

CONCEDER ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO, aos servidores desta SESP/PA, abaixo relacionados referente ao mês de JULHO/91.

ANA CLARA CORRÊA SANTA BRIGIDA	20%
ALBERTO LOPES BEGOT	10%
ADILSON LEÃO DA CUNHA	25%
ALBERTO BANDEIRA	10%
ANA LUCIA PINHEIRO DA COSTA	10%
ANA DE NAZARÉ QUEIROZ DE ANDRADE	10%
ANA MARIA PEREIRA VASCONCELOS	10%
BENEDITO CALANDRINE COSTA AZEVEDO	20%
BENEDITO NATALINO FERREIRA RODRIGUES	10%
BERTINO CAMA DE MIRANDA	30%
CELIA MARIA JOSÉ SANTOS DE BARROS	30%
CLARICE OLIVEIRA MAGALHÃES ALVES	15%
CLAUDOMIRO AMARAL DA SILVA	15%
CARMEM SILVIA GOMES CARNEIRO	05%
CARLOS GOMES DE ARAÚJO	20%
CERISMAR ROCHA DA SILVA	05%
CECILIA HELENA LOBATO DA COSTA	10%
DORISBELA LOPES DOS SANTOS	20%
DILMA COSTA DE OLIVEIRA NEVES	10%
DIRCE NASCIMENTO PINHEIRO	10%
ENIETE RODRIGUES DA SILVA	10%
ELIUD DE OLIVEIRA CIRINO	15%
EMANUEL BENEDITO NUNES SABA	15%
ELIZABETH PAIVA PEREIRA ARRAES	05%
ELIACI FERREIRA DUARTE	15%
ELIZABETH PEREIRA MORAES	20%
FERNANDA SUELY VIANA NUNES DA CRUZ	05%
FERNANDA FARO DE MELO	15%
FATIMA DE NAZARÉ CARNEIRO OLIVEIRA	10%
GRACA MARIA DE ALMEIDA CUNHA	05%
GEORGINA TEREZINHA DE JESUS FREIRE	15%
HELENA LIMA MARTINS	15%
HALMÉLIA RAYMUNDA SOBRAL LOURENÇO	10%
HELENA REIS DO ROSARIO	05%
HONORIA SENA MONTEIRO	25%
HILDA BRAGA DOS REIS	05%
HENRIQUE ALVES	05%
IVOCIR JORGE VASQUES SILVA	15%
IRACI DA CRUZ NERY	05%
IZABEL PEREIRA DE CAMPOS	05%
JOÃO JORGE DA SILVA COSTA	05%
JAIRO GUILHERME GONZAGA DE VASCONCELOS	05%
JOSÉ OSMARINO MENDES DA ROCHA	05%
JOSÉ DA SILVA ANDRADE	15%
JOSÉ THADEU BRASIL COTTA	15%
JUAREZ CARRERA DOS SANTOS	20%
JOÃO LAERCIO DE MORAES GOMES	05%
JUSA FATIMA DA SILVA BALIEIRO	15%
JOAQUIM NUNES CORRÊA	10%
JOSUE ALVES DE OLIVEIRA	15%
JASIVA MONTEIRO DA SILVA	05%
JOSÉ BONFIM GONÇALVES	30%
JOAQUIM ALCIDES COELHO QUEIROZ	15%
LEONILLIA ALVES DE SOUZA	15%
LUIZ NAZARENO LIMA DE SOUZA	05%
LIDUINA DE JESUS TRINDADE LOBO	10%
LUCINETE DA SILVA TEIXEIRA	05%
LAMARTINE GOMES GARCIA RODRIGUES	15%
MARIA ASCENÇÃO REIS DE OLIVEIRA	05%
MARIA DAS DORES QUADROS DE ASSUNÇÃO	10%
MARIA INALDA COELHO DA COSTA	25%
MARIA RAIMUNDA NOVAES BARATA	15%
MARIA DE NAZARÉ REIS FIGUEIREDO	35%
MARIA ELIZABETH SANTOS CONSTANTE	10%
MARIA CELI SANTA BRIGIDA DOS SANTOS	20%
MANOEL LAURINDO FERREIRA DA COSTA	20%
MARLENE DE SANTA BRIGIDA DA SILVA	15%
MARIA DE FATIMA DA SILVA LAVARE	15%
MARIA DE LOURDES SILVA DA COSTA	15%
MARIA LUZIA SANTOS DE SOUZA	05%
MARIA LEONICE FERNANDES BARRA	15%
MARIA LEONOR DE MORAES ANDRADE	15%
MARIA PAULA CAMPOS SARMENTO	25%
MARIA DE BELÉM DA CRUZ MOURA	10%
MOACIR CORRÊA NASCIMENTO	05%
MARIA JANDRA SILVA PINTO	05%
MARIA AMELIA MIRANDA DA FONSECA	05%
MARIA CILDA BRASIL FELIX	05%
MARGERETE BENTES PONTES	05%
MARCELO RODRIGUES DE LIMA	05%
MARIA EUGENIA FERNANDES QUARESMA	15%
MARIA FERNANDES DE SOUZA	05%
MARIA EDINEA CAVALCANTE BENTES	10%
MILITANA DE OLIVEIRA PANTOJA	20%
MARIA IZABEL DA SILVA OLIVEIRA	10%
MARCIA MARIA BRAGA LOPES	10%
MARIA DE FATIMA PINHO	10%
MARIA AMELIA FADUL BITAR	15%
MARIA MARITANA DE CASTRO	10%

- Port.nº114 de 24.04.91 Conceder(30) dias de Férias a Valdecina Oliveira Amorim, Ag. de portaria, na EE de Teodomiro Neto, no Mun. de Jacunda, no período de 01.07.91 a 30.07.91, referente ao exercício de 91.
- Port.nº253 de 10.05.91 Aprovar a escala de férias de 91 a Clodoaldo da Silva Fernandes, na EE Antônio de Oliveira Gordo, no Mun. de Moju, no período de 01.08 a 30.08.91.
- Port.nº6988 de 18.06.91 Conceder(45) dias de Férias a Ivanilda Gonçalves Sena, Prof. AD-1, na EE Prof. Leonardo Negrão de Sousa, no Mun. de Abaetetuba, no período de 01.09.91 a 15.10.91, referente a escala de 91.
- Port.nº16 de 22.06.91 Conceder(30) dias de Férias a Francisco Cassimiro do Nascimento, vigia, na EE Mº de Nazaré, no Mun. de O. Elizeu, no período de 01.08 a 30.08.91.
- Port.nº77 de 19.04.91 Aprovar a escala de férias, de 91 de Rosemary Lúcia N de Almeida, Josefa Santos Laurindo, no período de 01.07 a 14.08.91, na EE Polivalente, no Mun. de Altamira.
- Port.nº4725 de 07.05.91 Conceder(45) dias de Férias a José Ulisses Avelino Botão, Prof. Colaborador, na EE Antonio Lemos, no Mun. de Stº Izabel do Pará, no período de 31.07.91 a 13.09.91, referente a escala de 91.
- Port.nº6 de 31.05.91 Conceder(30) dias de férias, a Odilomir Lopes Ferreira, Servente, na EE Augusto dos Santos Loureiro, no Mun. de Chaves, no período de 01.08 a 30.08.91.
- Port.nº5 de 31.05.91 Conceder(30) dias de férias, a Manoel Espindola, vágia, na EE Magalhães Barata, no Mun. de Chaves, no período de 01.10.91 a 30.10.91.
- Port.nº3 de 31.05.91 Conceder(30) dias de férias, a Anete Abiak Espindola de Almeida, Escr. Catilografo, na EE Magalhães Barata, no Mun. de Chaves, no período de 01.08 a 30.08.91.
- Port.nº2 de 31.05.91 Conceder(30) dias de férias, a Maria Augusta Costa Cordeiro, Servente, na EE Magalhães Barata, no Mun. de Chaves, no período de 02.09 a 01.10.91.
- Port.nº1 de 31.05.91 Conceder(30) dias de férias, a Sianor Coutinho Neri, Servente, na EE Magalhães Barata, no Mun. de Chaves, no período de 01.08.91 a 30.08.91, referente a escala de 91.
- Port.nº168 de 27.05.91 Aprovar a escala de férias de 91, a Antonio Miranda de Brito, na EE Belamino Leão, no Mun. de Augusto Corrêa, no período de 01.07.91 a 30.07.91.
- Port.nº167 de 27.05.91 Aprovar a escala de férias de 91, a Raimunda do Rosário Matos, na EE Cearazinho, no Mun. de Augusto Corrêa, no período de 01.07.91 a 30.07.91.
- Port.nº166 de 27.05.91 Aprovar a escala de férias de 91, a Antonio Pereira de Agis, na EE Belarmino Alves, no Mun. de Augusto Corrêa, no período de 01.07.91 a 30.07.91.
- Port.nº165 de 27.05.91 Aprovar a escala de férias de 91, a Pedro de Sousa Ribeiro, na EE Antonio Monteiro, no Mun. de Augusto Corrêa, no período de 01.07.91 a 30.07.91.
- Port.nº164 de 27.05.91 Aprovar a escala de férias de 91 de Estandilau de Sousa Brito, Margarida Ferreira da Silva e Silva, Oscarina Ribeiro Costa, Joana Pereira de Sousa, Ana Maria da Silva Brito, no período de 01.07.91 a 30.07.91, na EE Prof. Galvão, no Mun. de Augusto Corrêa.
- Port.nº163 de 27.05.91 Aprovar a escala de férias de 91, a Merandolina Ramos Ferreira, Maria Ivanete Sampaio Pinheiro, Teresinha da Cunha Brito, Antonio Paulo Alves Ferreira, Marilda Brito, Navegante na EE Prof. Galvão, no Mun. de Augusto Corrêa, no período de 01.07.91 a 30.07.91.
- Port.nº162 de 27.05.91 Aprovar a escala de férias de 91 de Ana Maria Melo da Cunha, Serenice da Silva Brito, Raimunda Nilza Costa de Agis, na EE de Prof. Galvão, no Mun. de Augusto Corrêa, no período de 01.07.91 a 30.07.91.
- Port.nº298 de 18.06.91 Aprovar a escala de férias de 91 de Raimunda Ribeiro de Almeida Reis, na EE Valdemar Soares da Silva, no Mun. de Bragança, no período de 01.07.91 a 30.07.91.
- Port.nº297 de 18.06.91 Aprovar a escala de férias de 91 de Maria Soeiro Ribeiro, na EE Rio Grande, no Mun. de Bragança, no período de 01.07.91 a 30.7. de 91.
- Port.nº296 de 18.06.91 Aprovar a escala de férias de 91 de Herondina Bandeira de Lima, na EE Moura Carvalho, no Mun. de Bragança, no período de 01.07.91 a 30.07.91.
- Port.nº295 de 17.06.91 Aprovar a escala de férias de 91 de Antonia Fonseca da Silva, na EE Augusto Montenegro, no Mun. de Bragança, no período de 01.07.91 a 30.07.91.
- Port.nº294 de 17.06.91 Aprovar a escala de férias de 91 de Josefa Moreira Ribeiro, na EE Raimunda Alves da Mota, no Mun. de Bragança, no período de 1.7 a 30.07.91.
- Port.nº293 de 17.06.91 Aprovar a escala de férias de 91 de Raimunda Benedita Gomes Pereira, na EE Júlia da Silveira Gomes, no Mun. de Bragança, no período de 01.07.91 a 14.08.91.
- Port.nº292 de 17.06.91 Aprovar a escala de férias de 91 de Maria das Neves Pereira de Sousa, João Batista Emilio de Cruz, no período de 01.07.91 a 30.07.91, na EE Júlia da Silveira Gomes, no Mun. de Bragança.
- Port.nº288 de 17.06.91 Aprovar a escala de férias de 91 de Raimunda Nunes Ramos, na EE José Moreira Ramos, no Mun. de Bragança, no período de 01.07.91 a 30.07.91.
- Port.nº291 de 17.06.91 Aprovar a escala de férias de 91 a Maria Alexarina da Silva Figueiredo, Galdina de Sousa Ramos, na EE Jesuina do Rosário Melo, no Mun. de Bragança, no período de 01.07.91 a 30.07.91.
- Port.nº290 de 17.06.91 Aprovar a escala de férias de 91, na EE Maria de Nazaré César Pinheiro, no Mun. de Bragança, a Manoel Domingos Oliveira Farias,IVALDO ALVES Baltazar, Onilde Monteiro da Silva, Mº do Socorro Sousa Pereira, Ierezinha Felícia da Silva e Silva, Inezila Monteiro da Silva, no período de 01.07 a 30.07.91.
- Port.nº289 de 17.06.91 Aprovar a escala de férias de 91 de Alvaro Ramos da Costa, Raimunda Paula

- da Costa, Elize Ferreira Ramos, na EE Rosilda Ramos, no Mun. de Bragança, no período de 01.07.91 a 30.7. de 91.
- Port.nº287 de 17.06.91 Aprovar a escala de férias de 91 de Maria dos Santos Costa, na EE Vila Branca, no Mun. de Bragança, no período de 01.07.91 a 30.07.91.
- Port.nº286 de 17.06.91 Aprovar a escala de férias de 91 de Raimunda Reis Osório Alves, na EE Cocul no Mun. de Bragança, no período de 01.07.91 a 30.7. de 91.
- Port.nº265 de 13.06.91 Aprovar a escala de férias de 91 de Deusodite Silva Lisboa, na EE Manoel Viterbo, no Mun. de Bragança, no período de 01.07.91 a 30.07.91.
- Port.nº264 de 13.06.91 Aprovar a escala de férias de 91 de Raimunda Rosa do Rosário Moraes, na EE Cajueiro, no Mun. de Bragança, no período de 01.07.91 a 30.07.91.
- Port.nº263 de 13.06.91 Aprovar a escala de férias de 91 de Zenaida Ribeiro de Oliveira, na EE Pe. Gerosa, no Mun. de Bragança, no período de 01.07.91 a 30.07.91.
- Port.nº262 de 13.06.91 Aprovar a escala de férias de 91 de José Raimundo da Silva Mescouto, na EE Benjamin Ramos, no Mun. de Bragança, no período de 01.07.91 a 30.07.91.
- Port.nº261 de 13.06.91 Aprovar a escala de férias de 91 de Maria de Lourdes Correia da Silva, na EE Benjamin Ramos, no Mun. de Bragança, no período de 01.07.91 a 14.08.91.
- Port.nº260 de 13.06.91 Aprovar a escala de férias de 91 de Benedita Soares Carrera, Terezinha de Jesus da Luz Alves, Gabriel de Nazaré Luz Carrera, na EE Albino Cardoso, no Mun. de Bragança, no período de 01.07.91 a 30.07.91.
- Port.nº259 de 13.06.91 Aprovar a escala de férias de 91 de Manoel Soares da Gama, na EE Germano de Garcia, no Mun. de Bragança, no período de 01.07.91 a 30.07.91.
- Port.nº258 de 13.06.91 Aprovar a escala de férias de 91 de Tereza Sousa Fernandes, Fatima dos Santos Padilha, na EE Pedro Sousa, no Mun. de Bragança, no período de 01.07.91 a 30.07.91.
- Port.nº257 de 13.06.91 Aprovar a escala de férias de 91 de Manoel dos Santos Ferreira, na EE Mário Queiroz, no Mun. de Bragança, no período de 01.06.91 a 30.06.91.
- Port.nº255 de 13.06.91 Aprovar a escala de férias de 91 de Maria Ludovina dos Santos Silva, na EE Cel. Aluizio Ferreira no Mun. de Bragança, no período de 01.07.91 a 14.08.91.
- Port.nº250 de 13.06.91 Aprovar a escala de férias de 91 de Raimunda Pereira Reis, na EE Prof. Yolanda de Chaves, no Mun. de Bragança, no período de 01.07.91 a 14.08.91.
- Port.nº249 de 12.06.91 Aprovar a escala de férias de 91 a Maria do Socorro Luz Santos, Maria José Correia Reis, na EE Prof. Yolanda Chaves, no Mun. de Bragança, no período de 01.07.91 a 14.08.91.
- Port.nº248 de 12.06.91 Aprovar a escala de férias de 91 de Maria do Socorro Pereira, Darlene de Nazaré Fonseca Costa, na EE Yolande Chaves, no Mun. de Bragança, no período de 01.07.91 a 30.07.91.
- Port.nº247 de 12.06.91 Aprovar a escala de férias de Maria Alice Silva Costa, na EE Prof. Yolande Chaves, no Mun. de Bragança, no período de 01.07.91 a 30.07.91.
- Port.nº246 de 12.06.91 Aprovar a escala de férias de 91 de Rosilda Quadros Castelo Branco, na EE Prof. Yolanda, no Mun. de Bragança, no período de 1.7 a 30.07.91.
- Port.nº245 de 12.06.91 Aprovar a escala de férias de 91 de João Gerson da Silva Mescouto, Mº Ivongte Silva Mescouto, Maria de Fátima Maia dos Santos, na EE Prof. Yolande Chaves, no Mun. de Bragança, no período de 01.07.91 a 30.07.91.
- Port.nº99 de 17.05.91 Aprovar a escala de férias de 91 de Doralicio Colares da Silva, no período de 01.07 a 14.08.91, Mº das Graças Silva Dias, Mº de Fátima Conceição Ferreira, Mº Vera Lucia Santos Sarges, Mº do Socorro da Silva Martins, no período de 01.07 a 30.07.91, na EE Pedro Batista de Souza, no Mun. de Almeirim.
- Port.nº12 de 07.05.91 Aprovar a escala de férias de 91 de Maria Lindalva de Araújo, Raimunda da Silva Araújo, no período de 01.07 a 30.07.91, na EE São José, no Mun. de Ourém.
- Port.nº14 de 08.05.91 Aprovar a escala de férias de 91 a Maria Izoneide B de Rocha, Mº Lizete Santiago dos Santos, Elza de Nazaré Maia Araújo, Mº de Nazaré da S. Borges, Mº da Silveira Brazil, João Bosco Alves da Silva, Marcelo Mº dos Reis, Raimunda Corrêa de Jesus, no período de 01.07 a 30.07.91, na EE Pe. Angelo Moretti, no Mun. de Ourém.
- Port.nº279 de 12.06.91 Aprovar a escala de férias de 91 de Helena Gomes de Oliveira, Carmelita Silva Nascimento, no período de 01.08.91 a 30.08.91, na EE Liberdade, no Mun. de Marabá.

Departamento de Pessoal, 05.07.91

ANA MARIA RAMOS DE SOUZA
Diretora do DAPE
SEBUC.

(Fat. nº 10.002784, Reg. nº 10.002784, Dia 09/07/91)

SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO

Extrato de Contrato

CONTRATO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO
CONTRATANTE: Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração
CONTRATADO: Elevadores OTIS Ltda
OBJETIVO: Prestação de serviços de manutenção em 01 (hum) elevador
VALOR INICIAL: CR\$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros).

reajustável mensalmente pelo IGP
PRAZO: 12 meses, de 01.07.91 a 30.06.92
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 11 07 021 2174 3132.00
DATA DA ASSINATURA: 01 de julho de 1991

(Fat. nº 10.002774, Reg. nº 10.002774, Dia 09/07/91)

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS DE REPROGRAFIA

Locadora: Xerox
Locatária: Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social - SETEPS.
Objeto: Locação de 03 (três) unidades de equipamento modelo 5014.
Valor: Cr\$155.150,10 (Cento e cinquenta e cinco mil, cento e cinquenta cruzeiros e dez centavos), mais Cr\$3.805,67 (Três mil, oitocentos e cinco cruzeiros e sessenta e sete centavos) por milheiro de cópias.
Vigência: 01.07.91 a 30.06.92.
Dotação Orçamentária: 14.07.021.2169 3132-00

Belém, 01 de julho de 1991
ROBERTO RIBEIRO CORRÊA
Secretário de Estado do Trabalho e Promoção Social

(Fat. nº 10.002802, Reg. nº 10.002802 - Dia 09/07/91)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DECRETO LEGISLATIVO Nº 09/91 DE 26 DE JUNHO DE 1991

Aprova o nome da Doutora MAGNÓLIA AGNES MOREIRA ZAHLUTH para exercer a função de Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Pará - IPASEP.
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ de acordo com o disposto no Art. 92, XX, da Constituição do Estado, estatui e sua Mesa Diretora decreta e promulga o seguinte Decreto Legislativo.

Art. 1º - Fica o Governador do Estado do Pará autorizado a nomear a Doutora MAGNÓLIA AGNES MOREIRA ZAHLUTH, para exercer a função de Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará - IPASEP.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA CABANAGEM, GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, em 26 de junho de 1991.

Deputado RONALDO PASSARINHO
Presidente

Deputado WALDOLÍ VALENTE
1º Secretário

Deputado JOSÉ COSTA
2º Secretário

(Fat. nº 10.002768, Reg. nº 10.002768; Dia: 09/07/91)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 10/91 - DE 26 DE JUNHO DE 1991

Aprova o nome do Senhor JOSÉ SARRAF MAIA, para exercer a função de Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado - IOE.
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e sua Mesa Diretora promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica aprovado o nome do Senhor JOSÉ SARRAF MAIA, para exercer a função de Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado - IOE.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO CABANAGEM, GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, em 26 de junho de 1991.

Deputado RONALDO PASSARINHO
Presidente

Deputado WALDOLÍ VALENTE
1º Secretário

Deputado JOSÉ COSTA
2º Secretário

(Fat. nº 10.002767, Reg. nº 10.002767; Dia: 09/07/91)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 11/91 - DE 26 DE JUNHO DE 1991

Aprova o nome do Professor MANOEL VIEGAS CAMPBELL MOUTINHO, para exercer a função de Superintendente Geral da Fundação Educacional do Estado do Pará - FEP.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e sua Mesa Diretora promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica aprovado nos termos do Art. 92, XX, da Constituição do Estado do Pará o nome do Professor MANOEL VIEGAS CAMPBELL MOUTINHO, para exercer a função de Superintendente Geral da Fundação Educacional do Estado do Pará - FEP.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO CABANAGEM, GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, em 26 de junho de 1991.

Deputado Ronaldo Passarinho
Presidente

Deputado WALDOLÍ VALENTE
1º Secretário

Deputado JOSÉ COSTA
2º Secretário

(Fat. nº 10.002766, Reg. nº 10.002766; Dia: 09/07/91)

DECRETO Nº 12/91 - DE 26 DE JUNHO DE 1991

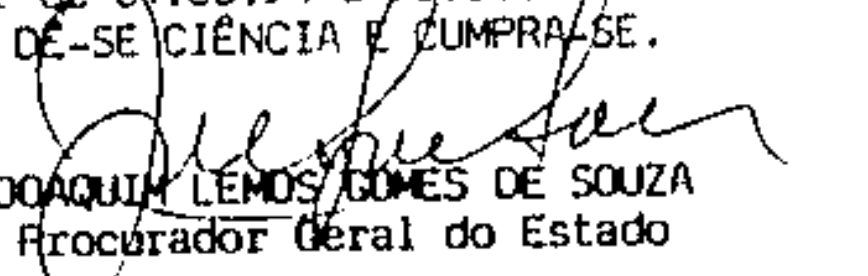
Aprova o nome do Engenheiro RAIMUNDO CÉSAR DA SILVA ALVES, para exercer a função de Presidente do Processamento de Dados do Pará - PRODEPA.
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ de acordo com o disposto no artigo 92, XX, da Constituição do Estado do Pará, estatui e a Mesa Diretora decreta e promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica o Governador do Estado do Pará, autorizado a nomear o Engenheiro RAIMUNDO CÉSAR DA SILVA ALVES, para exercer a função de Presidente do Processamento de Dados do Pará - PRODEPA.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

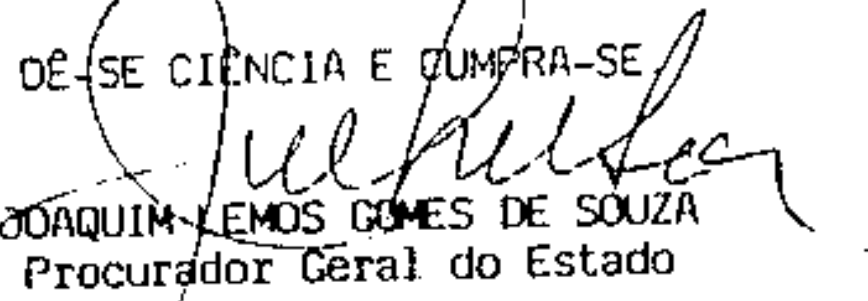
PALÁCIO CABANAGEM, GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA

PORTARIA - SERVENTE - CLASSE A, matrícula nº 5138468-016, de acordo com art. 90, § 3º, da Lei nº 749/53, relativo ao ano de 1990, a partir de 01.08.91 a 30.08.91
 DE-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE.


 JOAQUIM LEMOS GOMES DE SOUZA
 Procurador Geral do Estado

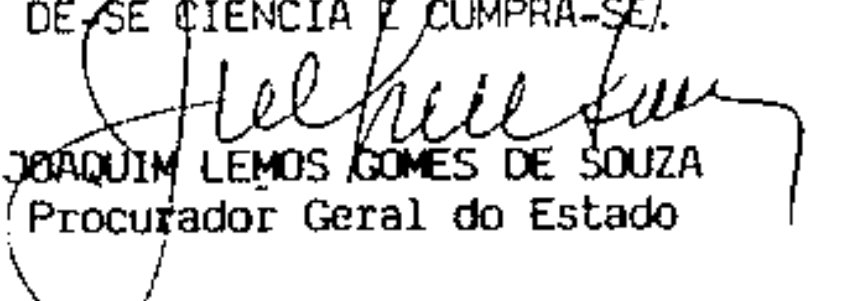
PORTARIA Nº 125/91PGE-G Belém, 03 de julho de 1991
 RESOLVE: CONCEDER 30 (trinta) dias de férias ao servidor ANTONIO JOSÉ BARRROS TRINDADE, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO II, matrícula nº 3082873-019, de acordo com o art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho, relativos ao período aquisitivo 1990/1991, de 01 de agosto a 30 de agosto do corrente ano.

DE-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE.


 JOAQUIM LEMOS GOMES DE SOUZA
 Procurador Geral do Estado

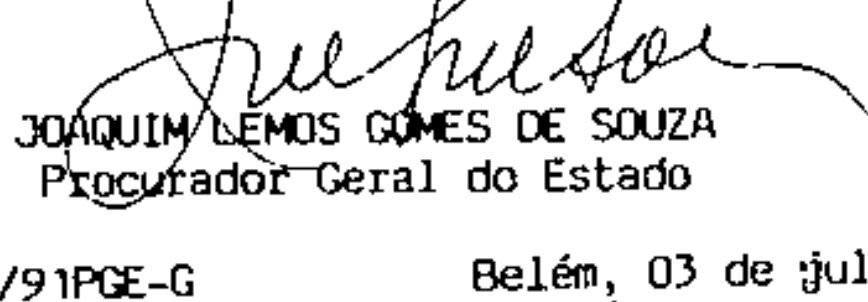
PORTARIA Nº 126/91PGE-G Belém, 03 de julho de 1991
 RESOLVE: CONCEDER 30(trinta) dias de férias ao servidor DO NALDO ROBERTO RODRIGUES SOARES, ocupante do emprego de MOTO RISTA I, matrícula nº 3085252-010, de acordo com o art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho, relativos ao período aquisitivo 1989/1990, de 01 de agosto a 30 de agosto do corrente ano.

DE-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE.


 JOAQUIM LEMOS GOMES DE SOUZA
 Procurador Geral do Estado

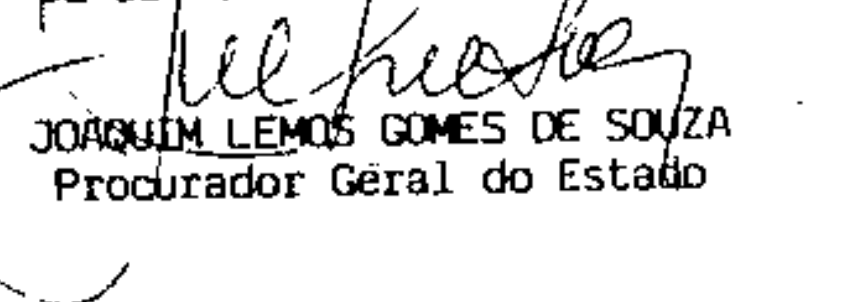
PORTARIA Nº 127/91PGE-G Belém, 03 de julho de 1991
 RESOLVE: CONCEDER 30(trinta) dias de férias ao servidor ALACOR ANTONIO MOURA BATISTA, ocupante do emprego de AGENTE DE PORTARIA, matrícula nº 3083179-019, de acordo com o art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho, relativos ao período aquisitivo 1990/1991, a partir de 01 de agosto a 30 de agosto do corrente ano.

DE-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE.


 JOAQUIM LEMOS GOMES DE SOUZA
 Procurador Geral do Estado

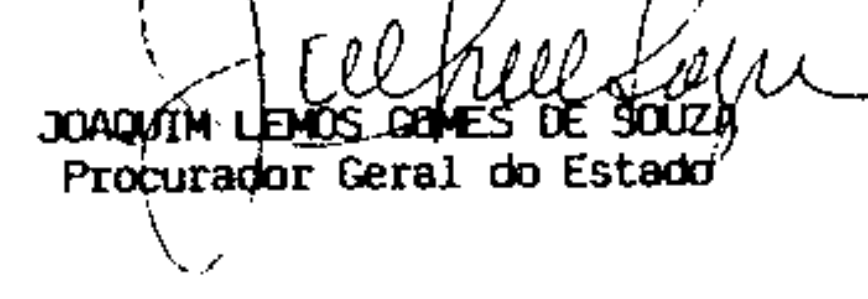
PORTARIA Nº 128/91PGE-G Belém, 03 de julho de 1991
 RESOLVE: CONCEDER 30(trinta) dias de férias a servidora ELY ARAUJO GONZAGA DE MENEZES, ocupante do emprego de ASSISTENTE TÉCNICO I, matrícula nº 3084469-013, de acordo com o art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho, relativos ao período aquisitivo 1990/1991, de 04.07.91 a 02.08.91.

DE-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE.


 JOAQUIM LEMOS GOMES DE SOUZA
 Procurador Geral do Estado

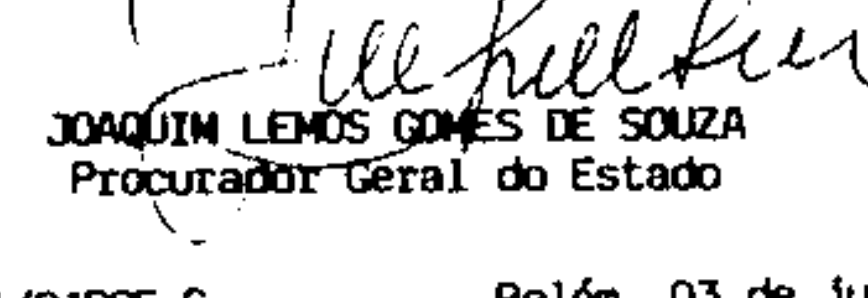
PORTARIA Nº 129/91PGE-G Belém, 03 de julho de 1991
 RESOLVE: CONCEDER 30(trinta) dias de férias ao servidor HAROLD DA COSTA CARVALHO, ocupante do cargo em Comissão de Coordenador de Planejamento - DAS - 010-3, matrícula 0025070-030 relativos ao exercício 1990/1991, contados a partir de 01 de agosto a 30 de agosto do corrente ano.

DE-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE.


 JOAQUIM LEMOS GOMES DE SOUZA
 Procurador Geral do Estado

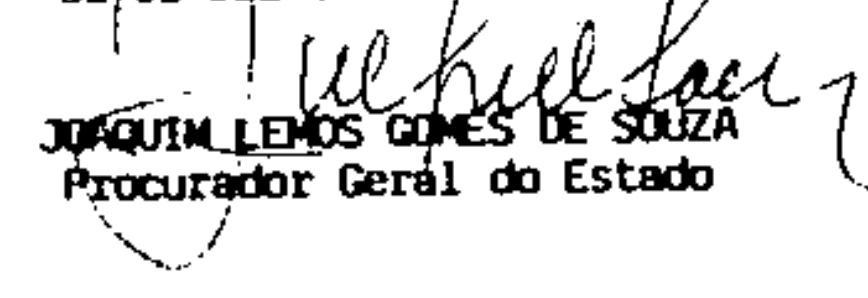
PORTARIA Nº 130/91PGE-G Belém, 03 de julho de 1991
 RESOLVE: CONCEDER 30(trinta) dias de férias ao servidor LUIZ MARQUES BATISTA FILHO, ocupante do emprego de ASSISTENTE TÉCNICO I, matrícula nº 3082784-017, de acordo com o art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho, relativos ao período aquisitivo 1989/1990, de 01 de agosto a 30 de agosto do corrente ano.

DE-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE.


 JOAQUIM LEMOS GOMES DE SOUZA
 Procurador Geral do Estado

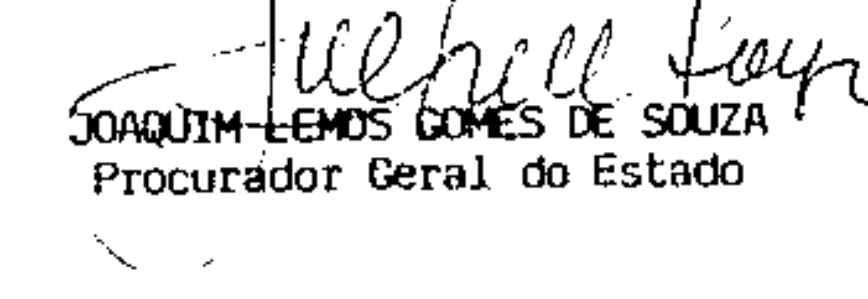
PORTARIA Nº 131/91PGE-G Belém, 03 de julho de 1991
 RESOLVE: CONCEDER 30(trinta) dias de férias a servidora ANGE LA CRISTINA BASTOS PEREIRA, ocupante do emprego de AUXILIAR ADMINISTRATIVO II, matrícula nº 3082849-013, de acordo com o art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho, relativos ao período aquisitivo 1990/1991, de 01 de agosto a 30 de agosto do corrente ano.

DE-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE.


 JOAQUIM LEMOS GOMES DE SOUZA
 Procurador Geral do Estado

PORTARIA Nº 133/91PGE-G Belém, 03 de julho de 1991
 RESOLVE: CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a servidora MARIA TRIBRIGA HESKETH, ocupante do cargo de Procuradora do Estado, matrícula nº 3085449-015, de acordo com o art. 29 da Lei Complementar nº 002/85, relativo ao ano de 1988, a partir de 01.07 a 30.07.91.

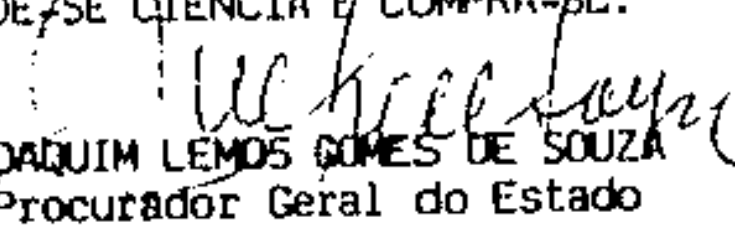
DE-SE CIÊNCIA PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.


 JOAQUIM LEMOS GOMES DE SOUZA
 Procurador Geral do Estado

PORTARIA Nº 132/91PGE-G Belém, 03 de julho de 1991
 RESOLVE: CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a servidora WILMA DE ARAUJO PIMENTEL, ocupante do emprego de SERVENTE I, matrícula nº 3082997-016, de acordo com o art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho, relativos ao período aquisitivo 1989/1990, de 01 de agosto a 30 de agosto do corrente ano.

DE-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE.

1990/1991, de 01 de agosto a 30 de agosto do corrente ano.
 DE-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE.


 JOAQUIM LEMOS GOMES DE SOUZA
 Procurador Geral do Estado

(Fat. nº 10.002780, Reg. nº 10.002780, Dia 09/07/91)

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão, de 20 de junho de 1991, tomou as seguintes decisões:

ACÓRDÃO Nº 18.128
 (Processo nº 72.873)
 - 2º julgamento-

Assunto: Tomada de Contas (Convênio SEVOP)
 Interessado: Sr. ARCELIDE VERONESE, Ex-Prefeito Municipal de Redenção

Relator: Conselheiro JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA:

EMENTA: "É legalmente dispensada a licitação quando caracteriza da urgência na realização da obra, cuja a inexecução comprometeria a segurança pública. Urgência comprovada diante da ocorrência de homicídio criminoso, em delegacia de Polícia de Município de notório índice elevado de violência. Inteligência do art. 15, item IV da Lei 5416/87. Contas aprovadas com multa por atraso".

D E C I S A O: aprovar as contas em julgamento, relativamente ao emprego da importância, à época, de Cz\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil cruzados) - 1ª parcela do Convênio firmado em 18.09.88 com a SEVOP -, ficando aplicada ao Sr. ARCELIDE VERONESE, Ex-Prefeito Municipal de REDENÇÃO, a multa correspondente a Cr\$ - 10.000,00 (dez mil cruzeiros), a ser recolhida aos cofres estaduais no prazo de dez (10) dias por não ter apresentado a esta Corte de Contas a competente prestação de Contas em tempo hábil".

ACÓRDÃO Nº 18.129
 (Processo nº 76.447)

Assunto: Prestação de Contas da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPIRANGA - 2º Termo Aditivo ao Convênio SEPLAN nº 262/88

Responsável: Sr. JOSÉ MILESI, ex-Prefeito
 Relator: Conselheiro SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

EMENTA: "Documentos relativos à prestação de Contas ou Tomada de Contas apresentados no curso da defesa oral, por ocasião do julgamento, permitem o retorno à Auditoria e Procuradoria para novo pronunciamento nos autos processuais".

D E C I S A O: reabrir a instrução do processo nº 76.447, referente a prestação de contas da Prefeitura Municipal de ITUPIRANGA do 2º Termo Aditivo ao Convênio nº 062/88 celebrado com a SEPLAN, a fim de que a Auditoria e a Procuradoria, no prazo de vinte (20) dias, se manifestem sobre a documentação anexada aos autos.

ACÓRDÃO Nº 18.130
 (Processo nº 77.669)
 - 2º julgamento-

Assunto: Tomada de Contas (Convênio SEPLAN nº 558/86 e seu Termo Aditivo)

Requerente: Sr. ANATOLIO PORTAL - Ex-Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SALVATERRA.
 Relator: Conselheiro ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

EMENTA: "Corretos os comprovantes e revestidas das formalidades legais e regimentais, é de ser aprovada as contas em julgamento".

D E C I S A O: aprovar as contas em julgamento, no valor à época, de Cz\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos cruzados).

ACÓRDÃO Nº 18.131
 (Processo nº 90/51417-2)

Assunto: Prestação de Contas (Convênio nº 357/89 SEPLAN)
 Requerente: Gabinete do Governador - Casa Militar - Cel. ROBERTO PESSOA CAMPOS, ex-Chefe
 Relator: Conselheiro SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

EMENTA: "Corretos os comprovantes e revestidas das formalidades legais e regimentais, é de ser aprovada as contas em julgamento".

D E C I S A O: aprovar a presente prestação de Contas, no valor à época de Cz\$ 16.000,00 (Dezesseis Mil Cruzados Novos)

ACÓRDÃO Nº 18.132
 (Processo nº 90/51589-8)

Assunto: Prestação de Contas (Exercício de 1989)

Requerente: Sr. Nelson Thomaz Almeida da Silva - Ex-Presidente da COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ.
 Relator: Conselheiro LAURO DE BELÉM SABBA

EMENTA: "Corretos os comprovantes e revestidas das formalidades legais e regimentais, é de ser aprovada as contas em julgamento".

D E C I S A O: aprovar a presente prestação de contas, integrando este Acórdão o relatório e os balanços que o acompanham.

ACÓRDÃO Nº 18.133

(Processos nºs. 90/51556-9, 90/51154-5, 90/51150-4, 90/51562-1, 90/51142-6, 90/52630-5, 90/51568-8, 90/51558-4, 90/51162-3, 90/51569-0, 90/51567-5)

Assunto: Pensões

Requerente: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará.

EMENTA: "Tendo sido cumpridas as exigências legais e regimentais, é de ser concedido o registro solicitado".

D E C I S A O: homologar os registros solicitados nos processos acima enumerados.

ACÓRDÃO Nº 18.134
 (Processo nº 91/51747-4)

Assunto: Aposentadoria

Requerente: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
 Relator: Conselheiro LAURO DE BELÉM SABBA

EMENTA: "O Percentual de que trata o art. 27, do Decreto Legislativo nº 70/90, de 13 de Dezembro de 1990, deve ser concedido a todos os funcionários que ocupam cargo ou função de nível superior, sendo, porém incompatível com o percentual correspondente à dedicação legislativa, estendendo-se tal benefício, aos servidores na inatividade".

D E C I S A O: homologar o registro da aposentadoria de JOAQUIM FERNANDES ANTUNES, no cargo de Técnico em Assessoramento Legislativo - PL.AL., 105, do Quadro Suplementar de Provimento Efetivo devendo a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, aplicar o percentual de 80% de que trata o Decreto Legislativo nº 70/90, de 13 de Dezembro de 1990, em seu art. 27, a todos os funcionários que ocupam cargo ou função de Nível Superior, que seja na atividade ou na inatividade.

ACÓRDÃO Nº 18.135
 (Processos nºs. 91/51881-7, 91/51836-2, 91/51904-0, 91/51942-0, 91/51906-6, 91/51876-7)

Assunto: Aposentadorias

Requerente: Dr. GILENO MULLER CHAVES, Secretário de Estado de Administração.

EMENTA: "Tendo sido cumpridas as exigências legais e regimentais é de ser concedido o registros solicitados".

D E C I S A O: homologar os registros solicitados nos processos de aposentadorias acima enumeradas

R E S O L U Ç Ã O Nº 12.228
 (Processo nº 91/50879-0)

EMENTA: "Termo de Denúncia revestido de legalidade, deve ser anexado aos autos de cadastramento mencionados, bem como as respectivas notas de anulação da despesa. Posteriormente devem ser anexadas às respectivas prestações de contas e a prestação de contas da SEPLAN em cópia".

D E C I S A O: anexar o processo nº 91/50879-0 ao da respectiva prestação de contas, para exame em conjunto, que contém a Denúncia de Convênios e Termos Aditivos firmados com a SEPLAN.

R E S O L U Ç Ã O Nº 12.229
 (Processos nºs. 91/51333-1, 91/51501-4, 91/51348-9, 91/50979-4 e 91/51270-3)

EMENTA: "Tendo sido observadas as formalidades legais e regimentais é de ser deferido o cadastro solicitado".

D E C I S A O: homologar os despachos favoráveis aos cadastros relativos aos processos acima enumerados.

R E S O L U Ç Ã O Nº 12.230
 (Processo nº 91/51574-8)

EMENTA: "A publicação do extrato do Contrato, Convênio e Termo Aditivo no Diário Oficial do Estado fora do prazo legal, porém dentro da vigência contratual, não macula a essência do objeto do tratado, competindo ao Governo do Estado tomar providências necessárias face ao crime de responsabilidade praticada pelo agente ou autoridade pública responsável pelo descumprimento do prazo previsto no art. 28, pá

rágrafo 5º da Constituição Estadual".

D E C I S Ã O: deferir o cadastro do Contrato celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ e BELMICRO SERVIÇOS LTDA, devendo esta Corte de Contas dar conhecimento ao Exmº Sr. Governador do Estado, do não cumprimento do disposto no § 5º, do art. 28 da Constituição Estadual.

R E S O L U Ç Ã O Nº 12.231
(Processo nº 91/51738-3)

EMENTA: "Havendo descumprimento do prazo reglamentar deve o processo ser anexado a respectiva prestação de Contas para exame em conjunto."

D E C I S Ã O: anexar o processo nº 91/51738-3, que contém o Contrato celebrado entre a SECRETARIA DA FAZENDA e o Sr. JOSÉ VALMIR DE OLIVEIRA RODRIGUES, ao da respectiva prestação de contas para exame em conjunto.

R E S O L U Ç Ã O Nº 12.232
(Processos nºs 90/54024-6 e 91/50145-6)

EMENTA: "Vencido o prazo contratual, deve o processo ser anexado ao da respectiva prestação de contas, para exame em conjunto."

D E C I S Ã O: anexar os processos acima enumerados, aos das respectivas prestações de contas para exame em conjunto.

R E S O L U Ç Ã O Nº 12.233
(Processo nº 78.093)

EMENTA: "Havendo ingressado neste Tribunal documentação pertinente aos autos, é de ser reaberta a instrução processual, para que a Auditoria e a Procuradoria se manifestem sobre a matéria."

D E C I S Ã O: determinar a reabertura da instrução processual, que trata da Tomada de Contas nº 2ª Diretoria Regional do DNOS do Convênio, nº 137/87, firmado com a SEPLAN, a fim de que a Auditoria e a Procuradoria no prazo de quinze (15) dias se manifestem sobre a documentação apresentada pelo responsável.

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão de 25 de junho de 1991, tomou as seguintes decisões:

ACÓRDÃO Nº 18.136
(Processo nº 90/52314-5)

Assunto: APOSENTADORIA
Requerente: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Relator: Conselheiro JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

EMENTA: "É de ser negado o registro de aposentadoria, quando o interessado não conta tempo de serviço público suficiente para se aposentar, uma vez que as atribuições exercidas pela servidora como auxiliar escolar não correspondem aquelas pertinentes ao cargo de Auxiliar de Ensino."

D E C I S Ã O: registrar o registro à aposentadoria de DOMINGAS ALONSO DE QUADROS, no cargo de Professor, Código GEP-M - AD4-401, Ref.X lotada na Secretaria de Estado de Educação - Mun. de Bragança.

ACÓRDÃO Nº 18.137
(Processo nº 90/53327-2)

Assunto: Tomada de Contas - Conv. SEPLAN nº 431/89
Requerente: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA TRANSMAZÔNICA - Sra. Erdilei de Souza BOCK, Procuradora

Relator: Conselheiro SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

EMENTA: "É considerado devedor para com a Fazenda Estadual, o responsável por verba recebida à conta Conv., quando não presta conta no prazo legal, bem como não apresenta defesa em tempo hábil."

D E C I S Ã O: responsabilizar a Sra. ERDILEI DE SOUZA BOCK, Procuradora da Associação dos Moradores da Transamazônica, pela importância, à época de NCZ\$ 100.000,00 (cem mil cruzados novos), devendo recolher aos cofres estaduais devidamente atualizada a partir da data do seu recebimento até a liquidação final do débito e multa de cinco (5) maiores valores de Referência, tudo no prazo de quinze (15) dias. Em caso de não cumprimento desta decisão os autos deverão ser remetidos ao Ministério Público para a cobrança judicial executiva.

ACÓRDÃO Nº 18.138
(Processo nº 90/53331-0)

Assunto: Tomada de Contas - Conv. nº 346/89 SEPLAN
Interessado: DR. MAURO BONNA, Ex-Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS DIRIGENTES DE VENDAS DO BRASIL / SEÇÃO DO PARÁ

RELATOR: Conselheiro SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

EMENTA: "Documentos apresentados no curso de defesa oral por ocasião do julgamento, permitem o retorno dos autos à Auditoria e Procuradoria, para novo pronunciamento".

no dos autos à Auditoria e Procuradoria, para novo pronunciamento".

D E C I S Ã O: determinar a reabertura da instrução processual, para que no prazo de vinte (20) dias, contados a partir do mês de agosto, uma vez que o Plenário entrará em recesso do mês de julho, a Auditoria e a Procuradoria se manifestem sobre a documentação ora apresentada.

ACÓRDÃO Nº 18.139
(Processo nº 90/53370-1)

Assunto: Tomada de Contas instaurada no PAYSSAN DU ESPORTE CLUBE - Conv. SEPLAN nº 446/89

Responsável: Dr. JOSÉ ARTUR GUEDES TOURINHO, ex-Presidente.

Relator: Conselheiro JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

EMENTA: "É de ser concedido o prazo de 6 dias, para que o responsável pelas contas, apresente a documentação pertinente aos autos."

D E C I S Ã O: conceder o prazo de seis (06) dias, para que o Dr. JOSÉ ARTUR GUEDES TOURINHO, ex-Presidente do PAYSSAN DU ESPORTE CLEBE apresente a esta Corte de Contas os documentos pertinentes aos autos.

ACÓRDÃO Nº 18.141
(Processo nº 77.123)

Assunto: Prestação de Contas - exercício de 1988

Requerente: COMPANHIA PARAENSE DE TURISMO, Dr. ALVARO NEGRÃO DO ESPÍRITO SANTO, ex-Presidente.

Relator: Conselheiro JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

EMENTA: "Documentos apresentados no curso da defesa oral por ocasião do julgamento, permitem o retorno dos autos, à Auditoria e Procuradoria, para novo pronunciamento".

D E C I S Ã O: determinar a reabertura da instrução processual, para que no prazo de vinte (20) dias, contados a partir do mês de agosto, uma vez que o Plenário entrará em recesso no mês de julho, a Auditoria e Procuradoria se manifestem sobre a documentação ora apresentada.

ACÓRDÃO Nº 18.141 - A
(Processo nº 91/51220-5)

Assunto: Pensão

Requerente: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores de Estado do Pará.

Relator: Conselheiro LAURO DE BELÉM SABBÁ

EMENTA: "Tendo sido cumpridas as exigências legais e regimentais, é de ser concedido o registro solicitado".

D E C I S Ã O: homologar o registro solicitado, referente a Pensão concedida em favor de JULIETA ALVES CALDAS e LEONIDAS ALVES CALDAS, viúva e filho menor inválido do ex-segurado Alípio Teotônio Caldas, devendo o IPASEP atualizar os cálculos dos proventos de acordo com as informações do Departamento Técnico desta Corte de Contas.

ACÓRDÃO Nº 18.142
(Processo nº 91/51931-3)

Assunto: Aposentadoria

Requerente: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Relator: Conselheiro SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

EMENTA: "Tendo sido cumpridas as exigências legais e regimentais, é de ser concedido o registro solicitado".

D E C I S Ã O: homologar o registro solicitado, referente a aposentadoria de JACY ONEIDE SÁ DA SILVA, no cargo de Escrivã do Cartório da 16ª Vara Cível da Comarca da Capital.

ACÓRDÃO Nº 18.143
(Processos nºs. 91/51908-1, 91/51943-2, 91/51902-5, 91/51780-0, 91/51916-0, 91/51938-2, 91/51905-3 e 91/51941-7)

Assunto: Aposentadorias e Reforma

Requerente: Secretaria de Estado de Administração

EMENTA: "Tendo sido cumpridas as exigências legais e regimentais, é de ser concedido o registro solicitado".

D E C I S Ã O: homologar os registros solicitados, referente aos processos acima discriminados.

R E S O L U Ç Ã O Nº 12.234
(Processo nº 91/51495-3)

EMENTA: "Tendo sido cumpridas as formalidades legais e regimentais, é de ser deferido o cadastro solicitado".

D E C I S Ã O: deferir o cadastro do Contrato nº 11/91 celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO e o CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS DO PARÁ.

R E S O L U Ç Ã O Nº 12.235
(Processo nº 91/51734-2)

EMENTA: "É nulo de pleno direito o Termo Aditivo firmado após a vigência do contrato original. Cadastro indeferido".

D E C I S Ã O: negar cadastro ao Termo Aditivo nº 001/91 ao Contrato nº 481/12 celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO e a firma MEMÓRIA COMPUTADORES SUPRIMENTOS LTDA., nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator.

R E S O L U Ç Ã O Nº 12.236
(Processos nºs. 90/52988-9, 91/51802-0)

EMENTA: "Vencido o prazo contratual, deve o processo ser anexado ao da respectiva prestação de contas, para exame em conjunto."

D E C I S Ã O: homologar o despacho do Conselheiro JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA, pela anulação das respectivas prestações de contas, para exame em conjunto, dos processos acima discriminados.

R E S O L U Ç Ã O Nº 12.237
(Processo nº 91/51510-5)

EMENTA: "Termo Aditivo assinado após a vigência contratual, deverá ser anexado à respectiva prestação de contas, para exame em conjunto."

D E C I S Ã O: anexar o processo nº 91/51510-5 que contém o Termo Aditivo ao Contrato nº 3140/90 celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO e a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, ao da respectiva prestação de contas, para exame em conjunto.

R E S O L U Ç Ã O Nº 12.238
(Processo nº 91/51607-5)

EMENTA: "Tendo o contrato sido anexado à prestação de contas para exame em conjunto, o mesmo procedimento deverá ser adotado no presente processo".

D E C I S Ã O: anexar o processo nº 91/51607-5 que contém o Termo de Rescisão nº 001/91 ao Contrato nº 090/90 celebrado entre a CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A e a firma LOCADORA BELLAUTO LTDA., ao da respectiva prestação de contas, para exame em conjunto.

JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM - EDITAL DE CITAÇÃO E PENHORA Nº 050/91.

O Doutor FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA, Juiz do Trabalho Substituto, na Presidência da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém:

Faz saber que, pelo presente EDITAL, fica CITADA a firma NUGESA EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA, em lugar incerto e não sabido, executada nos autos do Processo número 1º JCI-1461/90, em que é exequente MÂSIEL SANTANA DA SILVA, para pagar em 48 (quarenta e oito) horas, ou garantir a execução, sob pena de PENHORA, a quantia de Cr\$ 71.037,77 (Setenta e um mil, trinta e sete cruzeiros e setenta e sete centavos), referente a principal e custas, devidos nos termos da Decisão proferida por esta Junta em 20.02.91.

RESUMO DOS CÁLCULOS:

VALOR DO PRINCIPAL	Cr\$ 69.019,34
CUSTAS	Cr\$ 2.018,43

TOTAL DEVIDO	Cr\$ 71.037,77
--------------------	----------------

Caso não pague, nem garanta a execução, no prazo supra, será procedida a PENHORA em tantos bens quantos bastem para integral pagamento da dívida.

E, para chegar ao conhecimento da interessada, é passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do Estado e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta, na Trav. D. Pedro I, nº 750 - 3º bloco - 2º andar. DADO e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de mil novecentos e noventa e hum. Eu, Francisco de Paulo Aquino, Auxiliar Judiciário, lavei o presente. E eu, Maria de Lourdes Guerreiro da Costa, Diretora de Secretaria em exercício, subscrevi.

FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA

Juiz do Trabalho Substituto, na Presidência da 1ª JCI-Belém.
(G. Reg. nº 37.244)

EDITAL DE CITAÇÃO E PENHORA Nº 051/91.

O Doutor FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA, Juiz do Trabalho Substituto, na Presidência da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém:

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica CITADA a firma GEMARQUE FRIGORIFICO, IND., E COM E SERVIÇOS GERAIS LTDA, em lugar incerto e não sabido, executada nos autos do Processo número 1º JCI-2080/90, em que é exequente ESPÓLIO DE CUSTÓDIO RIBEIRO DOS SANTOS, para pagar em 48 (quarenta e oito) horas, ou garantir a execução, sob pena de PENHORA, a quantia de Cr\$-1.525.885,23 (HUM MILHÃO, QUINHENTOS E VINTE E CINCO MIL, OITOCENTOS E OITENTA E CINCO CRUZEIROS E VINTE E TRÊS CENTAVOS), referente a principal e custas, devidos nos termos da Decisão proferida por esta Junta em 15.04.91.

RESUMO DOS CÁLCULOS:

VALOR DO PRINCIPAL	Cr\$ 1.505.144,30
CUSTAS	20.740,93

TOTAL DEVIDO	Cr\$ 1.525.885,23
--------------------	-------------------

Caso não pague, nem garanta a execução, no prazo supra, será procedida a PENHORA em tantos bens quantos bastem para integral pagamento da dívida.

E, para chegar ao conhecimento da interessada, é passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do Estado e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta, na Trav. D. Pedro I, nº 750 - 3º bloco - 2º andar. DADO e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos dois dias do mês de julho do ano de mil novecentos e noventa e hum. Eu, (Francisco de Paulo Aquino), Auxiliar Judiciário, lavei o presente. E eu, (Maria de Lourdes Guerreiro da Costa), Diretora de Secretaria em exercício, subscrevi.

FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA,

Juiz do Trabalho Substituto, na Presidência da 1ª JCI-Belém.
(G. Reg. nº 37281)

VE PROCÉDER A RETIFICAÇÃO DA CTPS DO RECLAMANTE, NO QUE TANGE A DATA DE ADMISSÃO FAZENDO AS COMUNICAÇÕES DE ESTILO ÀS AUTORIDADES ADMINISTRATIVAS COMPETENTES PARA AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS. Custas pela reclamada na quantia de Cr\$7.678,66, calculadas sobre o valor da condenação que se arbitra em Cr\$3.350.000,00. EM VIRTUDE DA TRANSFERÊNCIA DA DATA DE PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA, AS PARTES DEVEM SER NOTIFICADAS.

O presente EDITAL será publicado no Diário Oficial do Estado, e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta, na Tv. D. Pedro I, nº 750 - 3º bloco - 2º andar.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de mil novecentos e noventa e um. Eu, (José Maria de Almeida), Aux. Judiciário, datilografei e eu, (Oscarino de Miranda Bruno), Diretora da Secretaria, subscrevi.

O JUIZ:

ARY BRANDÃO DE OLIVEIRA
PRESIDENTE

SEXTA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(Prazo 08 dias)

Pelo presente EDITAL fica notificado o Sr. RAIMUNDO RODRIGUES TEIXEIRA estabelecido em lugar incerto e não sabido em que é reclamado nos autos do processo nº 6º JCI 604/91, e reclamante MUNICÍPIO DE ANANINDEUA-PREFEITURA MUNICIPAL, para ciência da decisão prolatada por esta Junta no dia 23.05.91 às 17:05 horas, cujo o teor é o seguinte: "A MM 6º JCI DE BELÉM, SEM DIVERGÊNCIA DE VOTOS, DECIDE JULGAR A RECLAMAÇÃO PROCEDENTE EM PARTE, PARA CONDENAR O RECLAMADO, MUNICÍPIO DE ANANINDEUA, A PAGAR AO RECLAMANTE RAIMUNDO RODRIGUES TEIXEIRA, VALORES ILÍQUIDOS A TÍTULO DE AVISO PRÉVIO, MULTA POR ATRASO NA RESILIÇÃO CONTRATUAL, DIFERENÇAS DE FÉRIAS PROPORCIONAIS E DÉCIMO TERCEIRO PROPORCIONAL EM RAZÃO DO AVISO PRÉVIO, ABONOS SALARIAIS INSTITUÍDOS PELAS MEDIDAS PROVISIONAIS NÚMEROS 199 E 292, JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA, CONFORME A FUNDAMENTAÇÃO. IMPROCEDEM AS DEMAIS PARCELAS, PELOS MOTIVOS EXPOSTOS EM FUNDAMENTAÇÃO. Custas pelo reclamado na quantia de Cr\$4.678,66 calculadas sobre o valor da condenação arbitrado em Cr\$200.000,00. Pelo duplo Grau de Jurisdição obrigatório, remete-se os autos, no momento próprio, ao E. TRT 8ª Região". E, para chegar ao conhecimento dos interessados é passado o presente EDITAL, que deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado e afixado no lugar de costume na sede desta 6ª JCI de Belém, 28.06.91. L. Herédia datilografei. E eu G. Toutonghe chefe do SPG, subscrevi.

HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS
Juiz do Trabalho
6ª JCI de Belém

(G. Reg. nº 37.304)

EDITAL DE PRAÇA COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS.

O DR. LUIZ ALBANO MENDONÇA DE LIMA, JUIZ DO TRABALHO, PRESIDENTE DA SEXTA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM,

Faço saber, a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele notícias tiverem, que no dia 19.08.91, às 14:00 horas, na Sede desta Junta, na Trav. D. Pedro I nº 750, 3º BL., 3º andar, será levado à público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer maior lance ao bem por nome nos autos do Proc. nº 6ª JCI-1.080/88, entre partes: JOAQUIM DI SOUZA COSTA FILHO, exequente e HUMBERTO DAS NEVES QUEIROZ, executado, bem este que é o seguinte: - DIREITO DE USO E GOZO SOBRE O TERMINAL TELEFÔNICO DÍGITOS "244-1461", CATEGORIA RESIDENCIAL. VALOR ATRIBUÍDO: Cr\$400.000,00 (QUATROCENTOS MIL CRUZEIROS).

Quem pretender arrematar dito bem, deverá comparecer no dia e hora, na Sede desta Junta, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento) de seu valor. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ, e afixado em local de costume na Sede desta Junta.

Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos dois dias do mês de julho de 1991. Eu, Maria Q. Campos, Aux. em Ativ. Judic., lavrei o presente. E eu, João Souza de Brito, Diretor de Secretaria, subscrevi.

LUIZ ALBANO MENDONÇA DE LIMA
Juiz do Trabalho
Presidente

(G. Reg. nº 37.303)

7ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM

EDITAL DE CITAÇÃO E PENHORA

COM O PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS. Nº 071/91

A Doutora ODETE DE ALMEIDA ALVES, Juíza do Trabalho Substituta, no exercício da Presidência da Sétima Junta de Conciliação e Julgamento de Belém,

FAZ SABER, que pelo presente EDITAL, fica CITADA a empresa KEUFER-INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., atualmente em lugar incerto e não sabido, executada nos autos do Processo nº 7ª JCI-348/90, em que é exequente o Sr. MARCELINO ELÓI COELHO, para pagar em 48 (QUARENTA E OITO) horas ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de Cr\$ 134.427,57 (CENTO E TRINTA E QUATRO MIL, QUATROCENTOS E VINTE E SETE CRUZEIROS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS), referente ao Principal, FGTS e Custas de Sentença, devidas nos termos da r. sentença 28.02.91, às 17:58 horas:

RESUMO:		
Principal	108.342,96	
F.G.T.S	19.553,83	127.896,79
Custas de Sentença		6.530,78

Total Devido 134.427,57
Caso não pague, nem garanta a execução, no prazo mencionado acima, será procedida a penhora, em tantos bens quantos bastem para integral pagamento da dívida.

E, para chegar ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do Estado do Pará, e afixado em lugar de costume, na sede desta Junta, na Trav. D. Pedro I, nº 750, 3º andar.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, ao primeiro dia do mês de julho do ano de mil novecentos e noventa e um. Eu Carlos Augusto Cardoso, Auxiliar Judiciário, lavrei o presente. E eu Ana Rosa Zwicker Martins, Diretora de Secretaria, subscrevi.

ODETE DE ALMEIDA ALVES
Juíza do Trabalho Substituta,
no exercício da Presidência
da 7ª JCI de Belém

(G. Reg. nº 37280)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE OITO (08) DIAS, Nº 72.

A Doutora ODETE DE ALMEIDA ALVES, Juíza do Trabalho Substituta, no exercício da Presidência da Sétima Junta de Conciliação e Julgamento de Belém,

Faz saber, que pelo presente EDITAL, fica notificado o SR. PAULO AFONSO MOURA DO NASCIMENTO, atualmente em lugar incerto e não sabido, reclamante nos autos do Processo nº 7ª JCI-1.382/90, em que é reclamado JOSUÉ POMPEU DE SALES, para ciência de que no dia 07.06.91, às 17:20 horas, foi prolatada a Sentença referente aos presentes autos cuja conclusão é a seguinte: "RESOLVE A MM. SÉTIMA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM, SEM DIVERGÊNCIA, JULGAR PROCEDENTE, EM PARTE A PRESENTE RECLAMAÇÃO, PARA CONDENAR O RECLAMADO JOSUÉ POMPEU DE SALES A PAGAR AO RECLAMANTE PAULO AFONSO MOURA DO NASCIMENTO O QUE RESTAR APURADO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR CÁLCULOS, OBSERVADO O MÍNIMO LEGAL, A TÍTULO DE TRÊS DIAS DE SALÁRIOS DO MÊS DE AGOSTO/90 E INDENIZAÇÃO PELO NÃO CADASTRAMENTO NO PIS. FICA AINDA CONDENADO A ANOTAR A CTPS DO RECLAMANTE E A PROCEDER A BAIXA CONTRATUAL. Custas pelo reclamado no valor de Cr\$1.038,15, calculadas sobre o valor de Cr\$20.000,00, que ora se arbitra a título de condenação. NOTIFICAR O RECLAMANTE".

O QUE CUMPRÁ NA FORMA DA LEI.

Dado e Passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos dois dias do mês de julho do ano de Mil Novecentos e Noventa e Um. Eu, Fábio H.S. Pires, Aux. em Ativ. Judiciais, datilografei. E eu, Ana Rosa Zwicker Martins, Diretora de Secretaria, subscrevi.

ODETE DE ALMEIDA ALVES

Juíza do Trabalho Substituta na Presidência da 7ª JCI de Belém
(G. Reg. nº 37.284)

OITAVA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE 08 DIAS

Pelo presente EDITAL fica NOTIFICADO GERALDO MONTEIRO, que se encontra em lugar incerto e não sabido, consignado nos autos do Processo nº 8ª JCI-1994/90, em que é consignante MARKO ENGENHARIA E COMÉRCIO IMOBILIÁRIO LTDA., para ciência da r. sentença prolatada no dia 25.06.91 às 17:00 horas, e cujo inteiro teor é o seguinte: "RESOLVE A MM. 8ª JCI DE BELÉM, À UNANIMIDADE, JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE A CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO E CONSEQUENTEMENTE DECLARANDO EXTINTA A OBRIGAÇÃO DA CONSIGNANTE PARA COM O CONSINADO. Custas pelo consignado sobre um valor de referência na quantia de Cr\$177,23, das quais fica isento por ser pobre no sentido da lei".

E, para chegar ao conhecimento do interessado é passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do Estado do Pará e afixado em lugar de costume, na Sede desta Junta.

Dado e Passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos dois dias do mês de julho do ano de Mil Novecentos e Noventa e Um. Eu, Eliza Barbosa, Auxiliar em Atividades Judiciais lavrei o presente. E eu, Cacilda Barbosa Míleo, Diretora de Secretaria, subscrevi.

VANJA COSTA DE MENDONÇA

Juíza do Trabalho Substituta
(G. Reg. nº 37.287)

CÓLERA

COM ESSES REMÉDIOS CASEIROS VOCÊ PODE EVITAR

1. CUIDADOS COM A ÁGUA



Ferva a água de beber.



Mantenha a água fervida em vasilhas limpas e com tampa.



Se você mora em palestras, não use a água que fica debaixo das casas para nada. Não beba dessa água nem fervida.

2. HIGIENE PESSOAL



Lave bem as mãos com água e sabão.



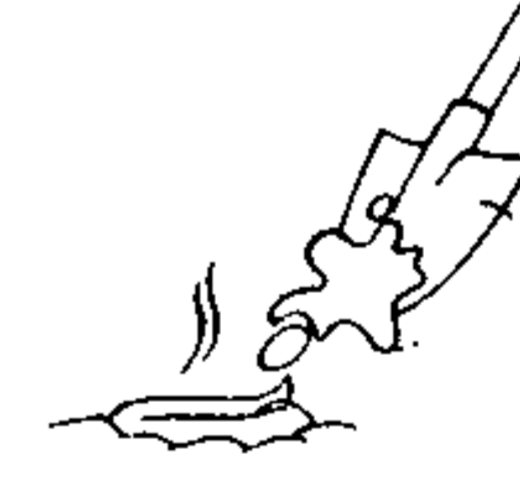
antes de preparar os alimentos.



antes de comer.



depois de defecar.



Utilize o vaso ou latrina; se não for possível, enterré as fezes e depois lave as mãos.

3. HIGIENE DOMÉSTICA



Só beba água e leite fervidos.



Todos os alimentos devem ser bem cozidos e preparados na hora.



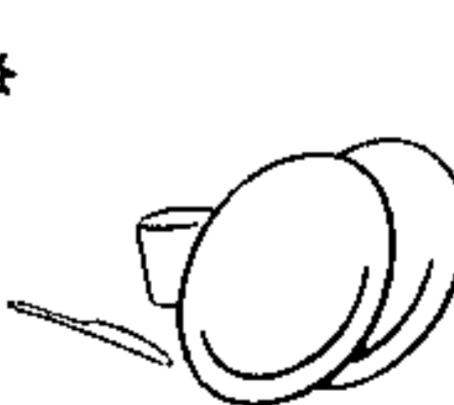
Só coma peixe ou mariscos bem cozidos.



Proteja os alimentos contra as moscas.



Evite alimentos vendidos na rua de qualidade duvidosa.



Lave e seque bem pratos, panelas, talheres e outros utensílios de mesa e cozinha.

ATENÇÃO Se alguém em sua casa apresentar diarreia, procure imediatamente um médico; pode ser Cólera.



Diário Oficial

República Federativa do Brasil - Estado do Pará



CADERNO 2

0129

ANO C - 101º DA REPÚBLICA - Nº 27.007

BELEM - TERÇA-FEIRA, 09 DE JULHO DE 1991

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

ACÓRDÃO Nº 12.204

Processo nº 253/91
Autos de Registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva
Interessado: Partido das Reformas Sociais - PRS, Seção do Pará
Referência: Município de BENEVIDES
Relator: Juiz João Alberto Castello Branco de Paiva

EMENTA: Indefere-se pedido de registro de Diretório Municipal e Comissão Executiva que não atende as exigências previstas na legislação específica.

ACORDAM os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, em indeferir o pedido de Registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva, do Partido das Reformas Sociais - PRS, Seção do Pará, do Município de BENEVIDES, por falta de cumprimento de requisitos legais.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 07 de maio de 1991.

(aa) Des. Clímenie Pontes - Presidente, Juiz João Alberto Paiva - Relator, Dr. Paulo Meira - Procurador Regional Eleitoral.

ACÓRDÃO Nº 12.205

Processo nº 286/91
Autos de Registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva.
Interessado: Partido das Reformas Sociais - PRS, Seção do Pará
Referência: Município de GARRAÇÃO DO NORTE
Relator: Juiz João Alberto Castello Branco de Paiva

EMENTA: Indefere-se pedido de registro de Diretório Municipal e Comissão Executiva, que não atende as exigências previstas na legislação específica.

ACORDAM os Juizes Membros do Tribunal Regional, à unanimidade, em indeferir o pedido de Registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva, do Partido das Reformas Sociais - PRS, Seção do Pará, do Município de GARRAÇÃO DO NORTE, por falta de cumprimento de requisitos legais.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 07 de maio de 1991.

(aa) Des. Clímenie Pontes - Presidente, Juiz João Alberto Paiva - Relator, Dr. Paulo Meira - Procurador Regional Eleitoral.

ACÓRDÃO Nº 12.206

Processo nº 287/91
Autos de Registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva
Interessado: Partido das Reformas Sociais - PRS, Seção do Pará
Referência: Município de IGARAPÉ-AÇU
Relator: Juiz João Alberto Castello Branco de Paiva.

EMENTA: Indefere-se pedido de registro de Diretório Municipal e Comissão Executiva, que não atende as exigências previstas na legislação específica.

ACORDAM os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral, à unanimidade, em indeferir o pedido de registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva, do Partido das Reformas Sociais - PRS, Seção do Pará, do Município de IGARAPÉ-AÇU, por falta de cumprimento de requisitos legais.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 07 de maio de 1991.

(aa) Des. Clímenie Pontes - Presidente, Dr. João Alberto Paiva - Relator, Dr. Paulo Meira - Procurador Regional Eleitoral.

ACÓRDÃO Nº 12.207

Processo nº 295/91

Autos de Registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva
Interessado: Partido das Reformas Sociais - PRS, Seção do Pará
Referência: Município de PEIXE-BOI
Relator: Juiz João Alberto Castello Branco de Paiva

EMENTA: Indefere-se pedido de registro de Diretório Municipal e Comissão Executiva, que não atende as exigências previstas na legislação específica.

ACORDAM os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral, à unanimidade, em indeferir o pedido de registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva, do Partido das Reformas Sociais - PRS, Seção do Pará, do Município de PEIXE-BOI, por falta de cumprimento de requisitos legais.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 07 de maio de 1991.

(aa) Des. Clímenie Pontes - Presidente, Juiz João Alberto Paiva - Relator, Dr. Paulo Meira - Procurador Regional Eleitoral.

ACÓRDÃO Nº 12.208

Processo nº 299/91
Autos de Registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva
Interessado: Partido das Reformas Sociais - PRS, Seção do Pará
Referência: Município de SÃO CAETANO DE ODIVELAS
Relator: Juiz João Alberto Castello Branco de Paiva

EMENTA: Indefere-se pedido de registro de Diretório Municipal e Comissão Executiva, que não atende as exigências previstas na legislação específica.

ACORDAM os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral, à unanimidade, em indeferir o pedido de registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva do Partido das Reformas Sociais - PRS, Seção do Pará, do Município de São Caetano de Odivelas, por falta de cumprimento de requisitos legais.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 07 de maio de 1991.

(aa) Des. Clímenie Pontes - Presidente, Juiz João Alberto Paiva - Relator, Dr. Paulo Meira - Procurador Regional Eleitoral.

ACÓRDÃO Nº 12.231

Proc. 314/91
Autos de Registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva
Interessado: Partido da Frente Liberal - PFL, Seção do Amapá
Referência: Município de FERREIRA GOMES
Origem: Of. nº 03, de 07.03.91, do Presidente do PFL, Sr. Sergio Cerqueira Barce - llos.
Relator: Juiz Francisco Caetano Mileo

EMENTA: A falta de comprovação de ter a agremiação política, eleitores a ela filiados em número suficiente, quinze dias antes da Convenção para a eleição de órgãos partidários, é irregularidade de caráter substancial e, por isso, bastante ao indeferimento do pedido.

ACORDAM os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral, à unanimidade, em indeferir o pedido de registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva do Partido da Frente Liberal - PFL, Seção do Amapá, do Município de FERREIRA GOMES, por falta de requisito de cunho material.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 16 de maio de 1991.

(aa) Des. Clímenie Pontes - Presidente, Juiz Francisco Mileo - Relator, Dr. Almerindo Trindade - Procurador Regional Eleitoral, em substituição.

ACÓRDÃO Nº 12.247

Proc. 132/91
Autos de Alteração de Comissão Executiva Regional
Interessado: Partido da Frente Liberal - PFL, Seção do Amapá
Referência: Município do Amapá
Origem: Ofício nº 002/91, de 18.01.91, do Presidente da Comissão Executiva Regional
Relator: Juiz Daniel Paes Ribeiro

EMENTA: Pedido de substituição de membro de Comissão Executiva Regional que se defere, satisfeitas que foram as exigências legais.

ACORDAM os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, e Amapá, à unanimidade de votos, em deferir o pedido de substituição nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará e Amapá, aos 21 dias do mês de maio de 1991.

(aa) Des. Clímenie Pontes - Presidente, Juiz Daniel Paes Ribeiro - Relator, Dr. Almerindo Trindade - Procurador Regional Eleitoral, em exercício.

ACÓRDÃO Nº 12.249

Processo nº 291/91
Autos de Registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva
Interessado: Partido das Reformas Sociais - PRS, Seção do Pará
Referência: Município de OURÉM
Origem: Ofício nº 11-A, de 14.03.91, do Presidente da Comissão Diretora Regional Provisória, Sr. Wenceslau de Oliveira.
Relatora: Juíza Sônia Maria de Macedo Parente

EMENTA: Indefere-se pedido de registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva de Partido Político que deixou de comprovar o cumprimento de exigências legais para esse fim estabelecidas.

ACORDAM, os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, em indeferir o pedido de registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva do Partido das Reformas Sociais - PRS, do Município de OURÉM, neste Estado, nos termos do voto da Relatora.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 23 de maio de 1991.

(aa) Des. Clímenie Pontes - Presidente, Juíza Sônia Parente - Relatora, Dr. Almerindo Trindade - Procurador Regional Eleitoral, em exercício.

ACÓRDÃO Nº 12.252

PROCESSO Nº 269/91
AUTOS DE REGISTRO DE DIRETÓRIO MUNICIPAL E RESPECTIVA COMISSÃO EXECUTIVA
INTERESSADO: PARTIDO DA FRENTE LIBERAL-PFL, SEÇÃO DO PARÁ
REFERÊNCIA: MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA
ORIGEM: Expediente datado de 08.03.91, do Presidente da Comissão Executiva Regional, Sr. Alcides da Silva Nunes
RELATOR: JUIZ FRANCISCO CAETANO MILEO

EMENTA: Indefere-se pedido de registro de Diretório Municipal e Comissão Executiva, uma vez não satisfeitas exigências materiais e processuais.

para o ato.

ACORDAM os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral, à unanimidade, indeferir o pedido nos termos do voto do Juiz Relator.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 04 de junho de 1991.

aa) Des. José Alberto Maia-Presidente, em exercício, Juiz Francisco Mileo-Relator, Dr. Almerindo Trindade-Procurador Regional Eleitoral, em substituição.

ACÓRDÃO Nº 12.253

PROCESSO Nº 403/91
AUTOS DE REGISTRO DE DIRETÓRIO MUNICIPAL E RESPECTIVA COMISSÃO EXECUTIVA
INTERESSADO: PARTIDO DA FRENTE LIBERAL-PFL, SEÇÃO DO PARÁ
REFERÊNCIA: MUNICÍPIO DE MAGALHÃES BARATA
ORIGEM: Of. s/nº de 10.04.91 do Presidente da Comissão Executiva Regional, Sr. Alacide da Silva Nunes
JUIZ RELATOR: FRANCISCO CAETANO MILEO

EMENTA: Indefere-se pedido de registro de Diretório Municipal e Comissão Executiva, uma vez não se satisfeitas exigências materiais e processuais para o ato.

ACORDAM os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral, à unanimidade, acompanhar o voto do Juiz Relator e indeferir o pedido.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 04 de junho de 1991.

aa) Des. José Alberto Maia-Presidente, em exercício, Juiz Francisco Caetano Mileo-Relator, Dr. Almerindo Trindade-Procurador Reg. Eleitoral, em exercício.

ACÓRDÃO Nº 12.254

PROCESSO Nº 337/91
AUTOS DE REGISTRO DE DIRETÓRIO MUNICIPAL E RESPECTIVA COMISSÃO EXECUTIVA
INTERESSADO: PARTIDO DA FRENTE LIBERAL-PFL, SEÇÃO DO PARÁ
REFERÊNCIA: MUNICÍPIO DE ACARÁ
ORIGEM: Ofício s/nº de 02.04.91, do Vice-Presidente da Comissão Executiva Regional do PFL, Sr. Carlos Aiton C. de Matos.
RELATOR: Juiz FRANCISCO CAETANO MILEO

EMENTA: Defere-se pedido de registro de Diretório Municipal e anotação da respectiva Comissão Executiva, uma vez observadas as formalidades legais, materiais e processuais para o ato.

ACORDAM os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral, à unanimidade, em deferir o pedido de registro do Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva do Partido da Frente Liberal-PFL, Seção do Pará, de ACARÁ.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 04 de junho de 1991.

aa) Des. José Alberto Maia-Presidente, em exercício, Juiz Francisco Mileo-Relator, Dr. Almerindo Trindade-Procurador Regional Eleitoral, em exercício.

ACÓRDÃO Nº 12.256

PROCESSO Nº 355/91
AUTOS DE REGISTRO DE DIRETÓRIO MUNICIPAL E RESPECTIVA COMISSÃO EXECUTIVA
INTERESSADO: PARTIDO DA FRENTE LIBERAL-PFL, SEÇÃO DO PARÁ
REFERÊNCIA: MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
ORIGEM: Ofício s/nº de 08.03.91, do Presidente da Comissão Executiva Regional, Sr. Alacide da Silva Nunes
RELATOR: Juiz FRANCISCO CAETANO MILEO

EMENTA: Não há como deferir pedido de registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva que inatenda requisitos legais próprios do ato.

ACORDAM os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, indeferir o pedido, nos termos do voto do Juiz Relator.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 04 de junho de 1991.

aa) José Alberto Maia-Presidente, em exercício, Juiz Francisco Caetano Mileo-Relator, Dr. Almerindo Trindade-Procurador Reg. Eleitoral, em exercício.

ACÓRDÃO Nº 12.258

PROCESSO Nº 467/91
AUTOS DE REGISTRO DE DIRETÓRIO MUNICIPAL E RESPECTIVA COMISSÃO EXECUTIVA
INTERESSADO: PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO-PDC, SEÇÃO DO AMAPÁ

REFERÊNCIA: MUNICÍPIO DE MACAPÁ
ORIGEM: Requerimento datado de 25.04.91, do Presidente da Comissão Executiva Regional, Sr. Benedito da Costa Uchoa
RELATOR: Juiz JAIME DOS SANTOS ROCHA

EMENTA: Não cumpridas todas as exigências legais, indefere-se o pedido de registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva.

ACORDAM os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, indeferir o pedido nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 04 de junho de 1991.

aa) Des. José Alberto Maia-Presidente, em exercício, Juiz Jaime dos Santos Rocha-Relator, Dr. Almerindo Trindade-Procurador Regional Eleitoral, em exercício.

ACÓRDÃO Nº 12.259

PROCESSO Nº 476/91
AUTOS DE RECURSO ELEITORAL "EX-OFFICIO"
RECORRENTE: A Juíza da 50ª Zona Eleitoral - São Domingos do Capim, Dra. Mª Elvina Gemaque Taveira.
ASSUNTO: Decisão da Junta em anular a urna da 021/022 seção, do Distrito de Vila Aurora do Pará, Município de São Domingos do Capim
JUIZ RELATOR: FRANCISCO CAETANO MILEO

EMENTA: É de ser mantida decisão anulatória de votação quando evidenciada fraude eleitoral. Recurso "ex-officio" conhecido e improvido, mantida a anulação da urna fraudada.

ACORDAM os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral, por maioria, acompanhar o voto do Relator, vencido o Juiz Jaime Rocha, na parte relativa à abertura do inquérito por entender que a notícia crime não estava respaldada em perícia realizada em Juízo.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 06 de junho de 1991.

aa) Des. José Alberto Maia-Presidente, em exercício, Juiz Francisco Caetano Mileo-Relator, Dr. Almerindo Trindade-Procurador Regional Eleitoral, em exercício.

ACÓRDÃO Nº 12.221

PROCESSO Nº 246/91
AUTOS DE REGISTRO DE DIRETÓRIO MUNICIPAL E RESPECTIVA COMISSÃO EXECUTIVA
INTERESSADO: PARTIDO DA FRENTE LIBERAL - PFL, SEÇÃO DO PARÁ
REFERÊNCIA: MUNICÍPIO DE NOVA TIMBOTEUA
RELATOR: Juiz João Alberto Castello Branco de Paiva

EMENTA: Defere-se pedido de registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva, uma vez sanadas as irregularidades apontadas na instrução processual, pelo partido interessado.

ACORDAM, os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, deferir o pedido.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 14 de maio de 1991.

(aa) Des. Clímenie Pontes-Presidente, Juiz João Alberto Paiva-relator, Dr. Paulo Meira-Proc. Reg. Eleitoral.
NOMINATA DO DIRETÓRIO MUNICIPAL E RESPECTIVA COMISSÃO EXECUTIVA DO PARTIDO DA FRENTE LIBERAL - PFL, SEÇÃO DO PARÁ, REFERENTE A NOVA TIMBOTEUA

DIRETÓRIO: Tiago de Souza Rolim Filho, Cloves Sobreira Alves, Vicência de Souza Alves, Alzira Maria da Conceição, José Claudino Alves, Maria do Perpétuo Socorro de Souza, José Pinheiro Sobrinho, Luiz Estevam Ferreira, Lourival Claudino Alves, Maria Vera Lúcia Pinheiro Neto, Alfredo Luiz Rodrigues Pinheiro, Alonzo Furtado de Carvalho, Everaldino Araujo Moraes, Cristóvão Edson Sobreira Alves, José Pereira de Farias, Edinaldo Teixeira, Raimundo dos Santos Correa Feitosa, Manoel Messias Oliveira, Miguel Alves da Silva, Manoel Vieira Carlos, Senhorinha Ferreira de Araujo.
SUPLENTE: Raimundo Nunes de Oliveira, Raimundo Claudino Alves, Raimundo Nascimento, José Maria Reis Brito, José Saldanha da Silva, José de Brito Filho, Paula de Souza Alves.

DELEGADO À CONVENÇÃO REGIONAL: Manoel Vieira Carlos.
SUPLENTE: Alonzo Furtado de Carvalho
COMISSÃO EXECUTIVA:
Presidente : Tiago de Souza Rolim Filho
Vice-Presidente : Manoel Vieira Carlos
Secretário : Maria Vera Lúcia Pinheiro Neto

Tesoureiro : Alonzo Furtado de Carvalho
Suplentes : Luiz Estevam Ferreira
Everaldino Araujo Moraes.
LÍDER NA CÂMARA: Everaldino Araujo Moraes.

ACÓRDÃO Nº 12.240

Processo nº 379/91
Autos de: Registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva
Interessado: Partido do Solidarismo Libertador - PSL, Seção do Amapá
Referência : Município de Mazagão
Relator : Juiz João Alberto Castello Branco de Paiva

EMENTA : Defere-se pedido de registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva, atendidas as prescrições legais de fundo e de forma, exigidas pela legislação específica.

ACORDAM, os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, deferir o pedido, uma vez observadas as formalidades e questões de requisitos exigidos na legislação específica.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 21 de maio de 1991.

(aa) Des. Clímenie Pontes-Presidente, Juiz João Alberto Paiva-relator, Dr. Almerindo Trindade-Procurador Regional Eleitoral, em exercício.

NOMINATA DO DIRETÓRIO MUNICIPAL E RESPECTIVA COMISSÃO EXECUTIVA DO PARTIDO DO SOLIDARISMO LIBERTADOR - PSL, SEÇÃO DO AMAPÁ, MUNICÍPIO DE MAZAGÃO.

DIRETÓRIO: Joana Pereira Santiago Costa, Manoel Silva dos Santos, Tereza Cristina Souza do Rosário, Ercílio Balleiro dos Santos da Silva, Manoel Pereira Santiago, Senira Gomes Santiago, Osmarina da Gema Ramos, Ivanilde Rodrigues Silva.

SUPLENTE: Lourimar dos Santos Afonso, Maria de Jesus Viana da Silva, Lucileide do Carmo Souza.
DELEGADO À CONVENÇÃO REGIONAL: Ercílio Balleiro Santos da Silva
SUPLENTE: Tereza Cristina Souza do Rosário
COMISSÃO EXECUTIVA:

Presidente : Tereza Cristina Souza do Rosário
Vice-Presidente : Ivanilde Rodrigues Silva
Secretário : Senira Gomes Santiago
Tesoureiro : Manoel Silva dos Santos
Vogal : Ercílio Balleiro Santos da Silva
Suplentes: Joana Pereira Santiago Costa e Manoel Pereira Santiago.

ACÓRDÃO Nº 12.260

Processo nº 215/91
Autos de: Registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva.
Interessado: Partido da Frente Liberal-PFL, Seção do Pará.
Referência : Município de Augusto Corrêa
Origem : Expediente do Presidente da Comissão Executiva Regional do PFL.
Relator : Juiz Daniel Paes Ribeiro

EMENTA : Supridas as irregularidades inicialmente detectadas, deferir-se o registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva do Partido Político, preenchidas que foram as exigências legais.

ACORDAM, os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade de votos, deferir o pedido de Registro nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, aos 11 (onze) dias do mês de junho de 1991.

(aa) Des. Clímenie Pontes-Presidente, Juiz Daniel Paes Ribeiro-relator, Dr. Almerindo Trindade-Proc. Reg. Eleitoral.

NOMINATA DO DIRETÓRIO MUNICIPAL E RESPECTIVA COMISSÃO EXECUTIVA DO PARTIDO DA FRENTE LIBERAL - PFL, SEÇÃO DO PARÁ, REFERENTE A AUGUSTO CORRÊA

DIRETÓRIO: Agnaldo Assis de Andrade, João Tobias Monteiro de Seixas, Nazareno Pereira da Silva, Porfirio Almeida dos Santos, Neres da Costa Paixão, Laura da Silva Matos, José Tiago Lisboa, Amancio Overland F. Brito, Edirlio Silva Rangel, Maria do Carmo Pereira Borges, Benedita Coelho do Nascimento, Aluisio Silva do E. Santos, João Batista T. Barbosa, Cidonir P. dos Santos, Flávio Randeira do Nascimento, Juvenal da Costa Paixão, Raimundo Nonato da Silva Oliveira, Raimundo Nonato Gomes de Souza, Aldo Siqueira e Aluisio Pereira dos Santos.

SUPLENTE: Sebastiana da Silva Brito, Raimundo Paixão Ferreira, Manoel Osmar Vasconcelos, Benedita da Silva Matos, João Otávio Farias Padilha, João Ferreira Conde e Milton Silva de Oliveira.
DELEGADO À CONVENÇÃO REGIONAL: Agnaldo Assis de Andrade

SUPLENTE: João Tobias Monteiro de Seixas.
COMISSÃO EXECUTIVA:
Presidente : Agnaldo Assis de Andrade
Vice-Presidente : João Tobias Monteiro de Seixas
Secretário : Nazareno Pereira da Silva

Tesoureiro : Aldo Siqueira
Suplentes : Neres da Costa Paixão, Laura da Silva Matos, Juvenal da Costa Paixão.
ACÓRDÃO Nº 12.261

Processo nº 248/91
Autos de Registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva
Interessado: Partido da Frente Liberal - PFL, Seção do Pará.

Referência : Município de Tomé-Açu
Origem : Expediente datado de 08.03.91, do Presidente da Comissão Executiva Regional

Relator : Juiz Daniel Paes Ribeiro
EMENTA : Indefere-se pedido de registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva de Partido Político que, apesar de notificado a suprir falhas na documentação necessária, permanece silente.

ACORDAM os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade de votos, indeferir o Pedido de Registro nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, aos 11 (onze) dias do mês de junho de 1991.

(aa)Desa.Clímenie Pontes-Presidente, Juiz Daniel Paes Ribeiro-relator, Dr. Almerindo Trindade - Proc.Reg.Eleitoral.

ACÓRDÃO Nº 12.262

Processo nº 212/91
Autos de: Registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva.

Interessado: Partido da Reconstrução Nacional - PRN, Seção do Pará.

Referência : Município de Rurópolis
Origem : Requerimento s/ data do Presidente da Comissão Executiva Regional Dionísio João Hage

Juiz Relator: José Alberto Soares Maia
EMENTA : Desde que não satisfeitas as exigências legais, indefere-se pedido de registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva.

ACORDAM, os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, indeferir o pedido, considerando que as irregularidades não foram sanadas.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 11 de junho de 1991.
(aa)Desa.Clímenie Pontes-Presidente, Juiz José Alberto Maia-relator, Dr. Almerindo Trindade-Proc.Reg.Eleitoral, em substituição.

RESOLUÇÃO Nº 846

Processo nº 457/91
Autos de: Resultado do Plebiscito realizado em Trairão, Município de Itaituba.

Origem : Ofício nº 032, datado de 30.04.91, do Juiz Eleitoral da 3ª Zona-Itaituba

Relatora: Juíza Sônia Maria de Macedo Parente
EMENTA: Plebiscito. Homologação. Constatado o comparecimento de mais da metade dos eleitores inscritos na localidade e tendo a maioria dos votantes optado pelo "sim", homologa-se o resultado da Consulta Plebiscitária realizada com observância das formalidades legais (CE, art. 7º, § 3º), devendo ser encaminhada a necessária comunicação à Assembleia Legislativa.

RESOLVEM, os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, acolhendo o parecer do ilustre Dr. Procurador, homologar o resultado do Plebiscito realizado em Trairão, Município de Itaituba, com a consequente comunicação à Assembleia Legislativa para os devidos fins

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 25 de junho de 1991.
(aa)Desa.Clímenie Pontes-Presidente, Juíza Sônia Parente-relatora, Juiz José Alberto Maia, Juiz Daniel Paes Ribeiro, Juiz Jaime Rocha, Juiz João Alberto Paiva, Dr. Paulo Meira-Proc.Reg.Eleitoral.

ACÓRDÃO Nº 12.264

Processo nº 402/91
Autos de: Registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva

Interessado: Partido da Frente Liberal - PFL, Seção do Pará.

Referência : Município de Bom Jesus do Morantins
Origem : Ofício do Presidente da Comissão Executiva Regional do PFL, Sr. Alacide da Silva Nunes.

Relatora : Juíza Sônia Maria de Macedo Parente
EMENTA : Indefere-se Pedido de Registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva de Partido Político que deixou de comprovar o cumprimento dos requisitos legais para esse fim exigidos, mesmo depois de notificado a fazê-lo.

ACORDAM, os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, indeferir o Pedido de Registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva do Partido da Frente Liberal - PFL, de Bom Jesus do Morantins, neste Estado, nos termos do voto da Relatora.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 25 de junho de 1991.
(aa)Desa.Clímenie Pontes-Presidente, Juíza Sônia Parente-relatora, Dr. Paulo Meira-Proc.Reg.Eleitoral.

ACÓRDÃO Nº 12.265

Processo nº 325/91
Autos de: Registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva.

Interessado: Partido da Frente Liberal - PFL, Seção do Pará.

Referência : Município de Rio Maria
Origem : Ofício do Presidente da Comissão Executiva Regional

Relatora : Juíza Sônia Maria de Macedo Parente
EMENTA : Indefere-se pedido de Registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva de Partido Político que deixou de comprovar a existência de pré-requisito indispensável para esse fim exigido por lei.

ACORDAM, os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, indeferir o pedido de Registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva do Partido da Frente Liberal - PFL, de Rio Maria, neste Estado, nos termos do voto da Relatora.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 25 de junho de 1991.
(aa)Desa.Clímenie Pontes-Presidente, Juíza Sônia Parente-relatora, Dr. Paulo Meira-Proc.Reg.Eleitoral

ACÓRDÃO Nº 12.266

Processo nº 302/91
Autos de: Registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva

Interessado: Partido das Reformas Sociais-PRS Seção do Pará.

Referência : Município de Vigia
Origem : Ofício do Presidente da Comissão Diretora Regional Provisória

Relatora : Juíza Sônia Maria de Macedo Parente
EMENTA : Indefere-se Pedido de Registro de Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva de Partido Político que deixou de comprovar o cumprimento dos requisitos legais para esse fim exigidos.

ACORDAM, os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, indeferir o pedido de Registro do Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva do Partido das Reformas Sociais - PRS, de Vigia, neste Estado, nos termos do voto da Relatora.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 25 de junho de 1991.

(aa)Desa.Clímenie Pontes-Presidente, Juíza Sônia Parente-relatora, Dr. Paulo Meira-Proc.Reg.Eleitoral.

Processo nº 565/91

EDITAL Nº 84

De ordem da Exma. Sra. Desa. Presidente desta Corte e na forma prevista na Resolução nº 10.785/80 - TSE, faço saber aos interessados que o Presidente da Comissão Executiva Regional do Partido Democrata Cristão - PDC, Seção do Amapá, requereu o Registro do Diretório Regional e respectiva Comissão Executiva, eleitos em Convenção de 26.05.91, conforme nominata constante dos autos com a seguinte composição:

DIRETÓRIO: Adelson Silva Uchôa, Waldir Moura Paiva, Carlos Alberto de Almeida Uchôa, Benedito de Andrade Uchôa, Nelito da Costa Pereira, Vicente Alves dos Santos Neto, Isaltino da Silva Cunha, Izaurita Marcelina da Costa, Eulálio Modesto de Oliveira Filho, Nely Nunes Pedrada, Marconi Edson Silva Uchôa, Raimundo dos Santos, Raimundo Lima Rodrigues, Raimundo de Souza Pinheiro, Nidia Silvia Andrade Uchôa, Sebastião Guedes de Azevedo, Sara Uchôa Amorim, Samuel Pinheiro de Menezes, Antonio Craveiro da Cunha, Roberto Coelho do Nascimento, Antonio Guilhermino da Silva, Angela Maria Guedes de Azevedo, Benedito da Costa Uchôa, Francisco de Assis Ribeiro da Silva, Dalva Maciel de Araújo, Lindalva Monteiro Maia, Lúcia Monteiro Maia, Paulo Roberto de Almeida Uchôa, Paulo Cesar Amorim Sampaio, Iranilson Pinheiro Uchôa, Adolpho Eugênio de Oliveira Nery, Cesar Pereira Castelo, Alvaro Leal Bastos, José Donaldson de Barros Peixoto, Francisco da Costa Barriga, Elizina Martins Rodrigues, José Maria de Alencar, Arturimmo de Souza Borger, Ana Rodrigues dos Santos, Maria Inês Macedo de Vasconcelos, Maria do Nazaré Monteiro Maia, Maria Perpétua de Jesus Costa, Geninelson Castelo Tourinho, Ariovaldo Guedes Maia, Roberto Andrade dos Santos.

SUPLENTE: Heloisa Maria Gama da Fonseca, Denival Costa Monteiro, Edivaldo Barros Monteiro, Ana Maria da Silva Bonfim, Orivaldo Chagas Barbosa, Leonardo Silva Negrão, Dalva Costa Monteiro, Benedito Nunes Pedrada, Conceição Silva Pinheiro, Clodoaldo Soares dos Santos, Fernando Lopes da Silva, Marcello Silva Negrão, Leonor Machado Andrade, Getúlio Albuquerque de Oliveira, Normaney Barros Pantoja.

DELEGADOS À CONVENÇÃO NACIONAL: Herginaldo Sérgio de Andrade Uchôa, Paulo Roberto de Almeida Uchôa.

SUPLENTE DE DELEGADO: Sara Uchôa Amorim, Iranilson Pinheiro Uchôa.

COMISSÃO EXECUTIVA:
Presidente de honra: Benedito da Costa Uchôa
Presidente: Adelson Silva Uchôa
1º Vice-Presidente: Nelito da Costa Pereira
2º Vice-Presidente: Benedito de Andrade Uchôa
Secretário Geral: Paulo Cesar Amorim Sampaio
1º Secretário: Roberto Coelho do Nascimento
2º Secretário: Sara Uchôa Amorim
Tesorero: Carlos Alberto de Almeida Uchôa
2º Tesorero: Iranilson Pinheiro Uchôa
Suplentes: Marconi Edson Silva Uchôa, Elizina Martins Rodrigues, José Donaldson de Barros Peixoto.

Eu, Clélia Pantoja, Técnico Judiciário, Chefe do Serviço Judiciário, expedi este Edital, aos 14 dias do mês de junho de 1991, o qual é subscrito pela Diretora Geral.

Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 14 de junho de 1991.

(a) Bela. Maria Luíza Negreiros - Diretora Geral.

RESOLUÇÃO Nº 847

Processo nº 461/91
Autos de: Resultado do Plebiscito realizado em Vitória do Xingu, Município de Altamira.

Origem : Ofício nº 017, datado de 29.04.91, do Juiz Eleitoral da 18ª Zona-Altamira

Relatora: Juíza Sônia Maria de Macedo Parente
EMENTA: Plebiscito. Homologação. Constatado o comparecimento de mais da metade dos eleitores inscritos na localidade e tendo a maioria dos votantes optado pelo "sim", homologa-se o resultado de Consulta Plebiscitária realizada com observância das formalidades legais (CE, art. 7º, § 3º), devendo ser encaminhada a necessária comunicação à Assembleia Legislativa.

RESOLVEM os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, acolhendo o parecer do ilustre Dr. Procurador, homologar o resultado do Plebiscito realizado em Vitória do Xingu, Município de Altamira, com a consequente comunicação à Assembleia Legislativa para os devidos fins.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 25 de junho de 1991.

(aa)Desa.Clímenie Pontes-Presidente, Juíza Sônia Parente-relatora, Juiz José Alberto Maia, Juiz Daniel Paes Ribeiro, Juiz Jaime Rocha, Juiz João Alberto Paiva, Dr. Paulo Meira-Proc.Reg.Eleitoral.

RESOLUÇÃO Nº 853

Processo nº 433/91
Autos de Resultado de Plebiscito realizado em

Fernandes Belo, Município de Vizeu
Origem : Ofício s/nº, datado de 30.04.91, do Juiz Eleitoral da 14ª Zona.

EMENTA: Plebiscito. Homologação. Constatado o comparecimento de mais da metade dos eleitores inscritos, e dentre estes, a maioria votou pelo "sim", tem-se como não tomada a decisão pela emancipação (CE, art. 7º, § 3º) Comunicação à Assembleia Legislativa do Estado, nesse sentido.

RESOLVEM, os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade de votos, homologar o resultado do Plebiscito nos termos do voto do Relator, que passa a integrar a presente Resolução.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de junho de 1991.

(aa)Desa.Clímenie Pontes-Presidente, Juiz Daniel Paes Ribeiro-relator, Juiz José Alberto Maia, Juíza Sônia Parente, Juiz Jaime Rocha, Juiz João Alberto Paiva, Dr. Almerindo Trindade-Proc.Reg.Eleitoral.

RESOLUÇÃO Nº 837

Processo nº 431/91
Autos de Resultado de Plebiscito realizado em ULIA NÓPOLIS, Município de Paragominas

Origem : Ofício nº 033, datado de 29.04.91, da Juíza da 42ª Zona - Paragominas

Relator: Juiz JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA
EMENTA: Homologação. Resultado de Plebiscito realizado com observância das exigências legais, e no qual, tendo comparecido para votação mais da metade dos eleitores inscritos na localidade, a maioria dos presentes votou "SIM" (art. 7º, § 3º da Constituição Estadual).

RESOLVEM os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, homologar o resultado do plebiscito realizado no Distrito de Uliá nópolis, Município de Paragominas, e pela comunicação à Assembleia Legislativa do Estado, para as providências a seu cargo.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral, em 18 de junho de 1991.

(aa)Desa.Clímenie Pontes-Presidente, Juiz José Alberto Maia-Relator, Juíza Sônia Parente, Juiz Jaime Rocha, Sônia Parente, João Alberto Paiva, Dr. Almerindo Trindade-Proc.Reg.Eleitoral, em exercício.

Intimo-se.

26 de junho de 1991
RIDEA NOGUEIRA DE BRITO
PRESIDENTE

PROCESSO TRT Nº RD 558/91

RECORRENTE: CONSTRUÇÕES E COMERCIO CAMARGO CORREA S/A
Advogada: Dra. Rosa Maria Raimundo
RECORRIDA: SEBASTIANA GOMES DA SILVA
Advogado: Dr. Raimundo Luiz M. Mada

DESPACHO

I - O recurso está em ordem. Fundamenta-se nas alíneas a e d do art. 896 da CLT.

II - Incurra-se a recorrente contra a decisão do E. Tribunal que, confirmando a decisão da primeira instância, deferiu o pagamento de adicional de insalubridade à reclamante. Alega violação do art. 229 da CLT e do art. 157 da Constituição Federal.

III - Tratando-se, no entanto, de matéria de prova, não se permite neste fase do processo, razão por que denega-se a interposição do apelo. Intime-se.

26 de junho de 1991
RIDEA NOGUEIRA DE BRITO
PRESIDENTE

PROCESSO TRT Nº R EX OFF e RO 2.414/90
RECORRENTE: ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA.
Procuradora:
RECORRIDO: JOÃO FLOR DE OLIVEIRA NETO
Advogado: Dra. Isabel Cristina Ribeiro e outros

DESPACHO

I - O Estado recorrente, inconformado com os v. Acórdãos nºs 986 e 1.592/91, apela tempestivamente de revista, com fundamento nas alíneas g e h do art. 896 da CLT e sob os benefícios do DL 779/69. Alega violação de vários dispositivos constitucionais e legais e divergência jurisprudencial.

II - A hipótese em discussão, bastante conhecida deste Regional, trata de engenheiro florestal contratado pelo Estado-recorrente, mediante uma contraprestação salarial equivalente a 8,5 salários-mínimos e que, após vés de lei estadual, a partir de julho/87, sofreu redução salarial.

A decisão recorrida, firmada nas provas dos autos e na legislação em vigor, está assim fundamentada, a fls. 94: "A instrução processual revela que foi exatamente com o advento da Lei nº 5378/87, que passou a ser violado o direito adquirido do reclamante e ferida a norma constante do art. 468 da CLT."

III - Assim, a meu ver, a matéria que o recorrente pretende discutir, através de suas razões, esbarra no Enunciado nº 221 do C. TST. Além de que, a ilustre suscritora do apelo não apresentou qualquer instrumento que ateste sua habilitação.

20 de junho de 1991
RIDEA NOGUEIRA DE BRITO
PRESIDENTE

PROCESSO TRT Nº RO 3101/90

RECORRENTE: CLAUDINO S/A - LOJAS DE DEPARTAMENTOS (ARMAZÉM PARAIBA)
Advogado: Dr. Pedro Bentes Pinheiro Filho
RECORRIDO: ANTONIO MARCELINO DOS SANTOS
Advogada: Dra. Sílvia Abreu e outro

DESPACHO

I - Recurso em ordem, fundamentado nas alíneas g e h do art. 896 da CLT.

II - Incurra-se a recorrente contra a decisão do E. Tribunal que, reformando a decisão de 1ª instância, aceitou como meio de prova normas coletivas apresentadas em fotocópias sem autenticação. Alega afronta aos artigos 830, 852 e 878 da CLT e 131 do CPC, além de divergência jurisprudencial.

III - Penso, contudo, que a conclusão do Tribunal resultou do exame de circunstâncias fáticas, cujo reexame não é permitido nesta fase do processo. Sem razão também o recorrente, no que se refere à alegada supressão da instância, uma vez que o recurso ordinário devolve ao Tribunal o exame de toda a matéria discutida no processo, mesmo que não tenha sido integralmente apreciada pela sentença.

IV - Diante do exposto, nego seguimento do recurso. Intime-se.

21 de junho de 1991
RIDEA NOGUEIRA DE BRITO
PRESIDENTE

PROCESSO TRT Nº RD 465/91

RECORRENTE: CONSTRUTORA VILLA DEL REY LTDA.
Advogado: Dra. Hônica Gomes de Souza Brito
RECORRIDO: SANDOVAL NEVES PACHECO
Advogado: Dr. Miguel Angela S. Pereira

Recurso tempestivo, assinado por ed

vogadas com poderes nos autos, não havendo complementação de depósito a ser efetuado.

II. O Egrégio Tribunal julgou deserto o recurso ordinário do recorrente, alegando que o depósito não poderia ter sido efetuado na Secretaria da Junta, e sim em conta vinculada do empregado.

III. Inconformado, alega a Construtora conflito com o Enunciado nº 185, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho e com jurisprudência que transcreve.

IV. Sem dúvida, existe o conflito com o enunciado referido acima, motivo suficiente para a admisão do apelo.

V. Por essa razão, admito a interposição do apelo. Intime-se.

24 de junho de 1991
RIDEA NOGUEIRA DE BRITO
PRESIDENTE

PROCESSO TRT Nº RO 1547/91

RECORRENTE: BANCO DE CREDITO REAL DE MINAS GERAIS S/A
RECORRIDO: ASSOCIAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL COMPLEMENTAR
Advogado: Dr. Paulo Eduardo Rodrigues Pereira
RECORRIDO: ALVARO FERREIRO DE ALENCAR
Advogado: Dr. Adilson S. Vergosa

DESPACHO

I - O recurso é tempestivo, foi firmado por advogado com poderes nos autos e está regular quanto ao preparo. Fui depontado nas alíneas g e h do artigo 896 da CLT.

II - Trata-se de hipótese em que se discute o respeito da norma aplicável nas complementações de aposentadoria. Matéria de índole nitidamente interpretativa, atrela incidência do disposto na parte final do alínea "a" do art. 896 da CLT, uma vez que a decisão recorrida está em consonância com o Enunciado nº 288 do C. TST.

III - Pelo exposto, denega-se a interposição do apelo. Intime-se.

25 de junho de 1991
RIDEA NOGUEIRA DE BRITO
PRESIDENTE

PROCESSO TRT Nº RO 798/91

RECORRENTE: GILBERTO VITAL NAVEGANTES (reclamado)
Advogado: Dr. Roberto Mendes Ferreira
RECORRIDO: ROZIVALDO DE SOUZA FERNANDES (reclamante)
Advogado: Dr. Raymundo Honesto de Souza

DESPACHO

I - Recurso em ordem, fundamentado nas alíneas g e h do art. 896 da CLT.

II - A hipótese gira em torno do reconhecimento da relação de emprego, decorrente de atividade considerada contravenção penal, como é o caso do jogo do bicho, com o que não se conforma o reclamado, alegando, em recurso de revista, violação ao art. 62 do Código Civil e divergência jurisprudencial.

III - No meu entender, com a transcrição dos arestos de fls. 63 e 64, o recorrente consegue demonstrar a alegada divergência.

IV - Pelo exposto, admito o recurso, recebendo-o no efeito devolutivo. Intime-se.

25 de junho de 1991
RIDEA NOGUEIRA DE BRITO
PRESIDENTE

PROCESSO TRT R EX OFF 213/91

RECORRENTES: JOÃO MARIA DO AMARAL TORRES
Advogado: Dr. Helder Wanderley Oliveira
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
Advogada: Dra. Maria Adelaide Dias Barroso da Costa
RECORRIDOS: OS MESMOS

DESPACHO

Dois são os recursos interpostos. Ambos tempestivos e suscritos por advogados habilitados, não havendo custas ou depósito recursal a efetivar pelo empregado, sendo, outrossim, a empregadora beneficiada pelo Decreto-Lei 779/69.

RECURSO DO RECLAMANTE: Fundamentado na alínea g do art. 896 da CLT, in surge-se contra a decisão Regional que limitou a apuração das diferenças salariais decorrentes da aplicação do Plano Bresser e da URP de fevereiro/89 aos períodos de julho/87 a outubro/89 e fevereiro a dezembro/89, respectivamente. Alega violação de lei e contrariedade à Constituição.

Entretanto, a natureza interpretativa da matéria questionada atrela a incidência do Enunciado 221, sendo, por isso, inadmissível a revista sob o fundamento de violação legal, não havendo, também, a demonstração inequívoca de violação à disposição literal de qualquer princípio legal ou constitucional.

RECURSO DA RECLAMADA: Fundamentado nas alíneas g e h do art. 896 da CLT, insurge-se contra o deferimento, pelo Acórdão Regional, das parcelas de diferença salarial e reflexos decorrentes do Plano Bresser, URP de fevereiro/89 e do Plano Brasília Novo.

RECURSO DA RECLAMADA: Fundamentado nas alíneas g e h do art. 896 da CLT, insurge-se contra o deferimento, pelo Acórdão Regional, das parcelas de diferença salarial e reflexos decorrentes do Plano Bresser, URP de fevereiro/89 e do Plano Brasília Novo.

lega divergência jurisprudencial e violação legal.

Com a transcrição do aresto a fls. 56, consegue evidenciar a divergência alegada, sendo desnecessário enfrentar o outro pressuposto de admissibilidade.

Diante do exposto, nego seguimento ao recurso do reclamante e admito o recurso da reclamada, no efeito devolutivo. Intime-se.

25 de junho de 1991
RIDEA NOGUEIRA DE BRITO
Juiz Presidente

PROCESSO TRT Nº AP 419/91

RECORRENTE: COMPANHIA FLORESTAL MONTE DOBRADO
Advogado: Dr. José Torquato Araújo Alencar
RECORRIDO: HERALDO RODRIGUES RIBEIRO
Advogado: Dr. Almerindo Trindade e outros

I - O recurso de fls. 450/452 está em ordem: tempestivo, foi suscrito por profissional com habilitação, foram pagas as custas e recolhido o valor do depósito em recurso. O apelo está fundamentado na alínea g do art. 896 consolidado. Aponta como violado o art. 59, inciso II, da Carta Magna.

II - Ao teor do disposto no Enunciado nº 266, do C. TST, a admissibilidade do recurso de revista contra acórdão proferido em Agravo de Petição, depende de inequívoca e direta violação a dispositivos constitucionais.

As razões recursais, insistindo nos mesmos argumentos expostos no AP, a meu ver, não conseguem demonstrar de maneira inequívoca qualquer violação direta à Constituição Federal.

O v. acórdão recorrido (nº 1642/91), em sua fundamentação de fls. 445/448, é bastante claro quanto ao objetivo prolatatório da interposição de vários recursos.

III - Pelo exposto, nego seguimento ao apelo. Intime-se.

25 de junho de 1991
RIDEA NOGUEIRA DE BRITO
PRESIDENTE

PROCESSO TRT AI 565/91

RECORRENTE: JOSÉ LEUDO MAIA
Advogado: Dr. João Francisco de Pasquale
RECORRIDO: AMAURY CORREIA DE QUEIROZ
Advogado: Dr. José Roberto Mello Pismal

Em arrazoado tempestivo e suscrito por advogado habilitado, e comprovando a efetivação de depósito recursal e do pagamento de custas, JOSÉ LEUDO MAIA pretende recorrer ao Colendo TST da decisão prolatada por este E. TRT no Agravo de Instrumento 565/91 e constante do Acórdão 1.633/91. Sua pretensão, entretanto, encontra óbice no Enunciado 218 do Colendo Tribunal acima mencionado, que expressamente dispõe: "É incabível o recurso de revista contra acórdão regional prolatado em agravo de instrumento".

Diante do exposto, nego seguimento ao apelo. Intime-se.

25 de junho de 1991
RIDEA NOGUEIRA DE BRITO
Juiz Presidente

PROCESSO TRT R EX OFF e RO 3.002/90

RECORRENTE: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARÁ
Advogados: Dr. Roberto Mendes Ferreira e outros
RECORRIDOS: GEOVAR ALVES DA CUNHA e OUTROS
Advogada: Dra. Edvanilza Pinto Couteiro
ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
Procurador: Dr. Juarez Rabello Soriano de Helle

DESPACHO

Recurso que preenche os pressupostos objetivos de admissibilidade e fundamentado nas alíneas g e h do art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Contra a decisão Regional que, confirmando decisão do Primeiro Grau, excluiu da lide o Estado do Pará e condenou a Fundação recorrente a pagar aos reclamantes as verbas de 13º salário de 1977 e 1978, além da anotação de CTPS e honorários advocatícios, insurge-se o sucumbente, alegando divergência jurisprudencial e violação legal. Em seu arrazoado, deixa antever a arguição de ilegitimidade de parte, perseguida na fase ordinária, pedindo sua exclusão do feito com a transferência do ônus ao Estado do Pará, na qualidade de sucessor.

O aresto trazido à colação, para tentar evidenciar a divergência alegada, contempla hipótese totalmente diversa daquela verificada nos presentes autos, além de não abordar os fundamentos principais embasadores da referida decisão - reclamatória ajuizada antes da assinatura do convênio e coisa julgada - sendo, portanto, inatínvel para tal finalidade, ao teor dos Enunciados 296 e 23, do Colendo TST. Doutrina também não serve para caracterizar divergência.

Também não caracterizada a violação legal que argui. Ela há que estar ligada a literalidade do preceito, o que não ocorreu. Dessa forma, incabível a revista sob tal pressuposto, ao teor do Enunciado 221, do Colendo TST.

Por fim, ressalta-se, a matéria questionada envolve o reexame de fatos e provas, o que é inadmissível em nível de revista, nos termos do Enunciado 126, do Colendo Tribunal anteriormente citado.

Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Intime-se.

28 de junho de 1991
RIDEA NOGUEIRA DE BRITO
Juiz Presidente

Publicado na Publicação "Arthur Vianna"